



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: SENIVAL MOURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29 DE JUNHO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da quarta audiência pública da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, que se realiza no dia 29 de junho de 2013. Informo que essa audiência está sendo transmitida por meio do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br no link auditórios online. A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br no link audiências públicas. Essa audiência foi publicada no *Diário Oficial* nos dias 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28 e 29 junho de 2013. E para discutir o programa Atende - Serviço de Atendimento Especial.

Para compor a Mesa convido os Srs: Altair Bezerra, Superintendente do Atende – Serviço de Atendimento Especial; Sandra Reis, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; Renata Flores Tibiriça, Defensora Pública do Estado de São Paulo; Tuca Munhoz, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

Passo ao Sr. Altair Bezerra, Superintendente do Atende – Serviço de Atendimento Especial.

O SR. ALTAIR BEZERRA – Bom dia a todos. Cumprimento o nobre Vereador Senival Moura, pela iniciativa e a todos os presentes. Assumimos a Superintendência do Serviço Atende, em janeiro, com a mudança da nova gestão. Em um primeiro momento podemos dizer que é um serviço de referência na Cidade de São Paulo. Serviço que tem uma aceitação da população e uma avaliação muito positiva dos usuários e isso se constata no dia a dia e isso a gente constatou também ao chegar e assumir a superintendência.

Vou passar alguns dados e também dizer algumas medidas que temos tomado no sentido de melhorar essa eficiência e também no sentido de poder dar mais qualidade ao serviço, que hoje como já disse, considerado um bom serviço. Serviço Atende em 2012, teve um custo de um pouco mais de 57 milhões de reais. O atendimento é em torno de 4.500

peças com deficiência e 3.500 peças acompanhantes. Hoje existe uma demanda reprimida no serviço, em torno de 500 peças não têm acesso aos serviços. Há uma demanda em que é atendida parcialmente. Não é atendida na sua plenitude que gira em torno de 700 peças. Se considerarmos que o universo da Cidade de São Paulo, que 500 peças não têm seu atendimento, de forma alguma, ou que 700 peças não são atendidas plenamente e enxergar o universo da Cidade, talvez possamos achar que o número é baixo. Porém se a gente for comparar ao que os serviços Atende, em torno de 4.500 peças o número de 1.200 peças que consideramos demanda reprimida, é um número muito significativo. Temos trabalhado no sentido de fazer com que, e outra consideração que devemos fazer, se pegarmos 57 milhões dividir por 4.500 peças que são atendidas e dividir por 12 meses, vamos chegar a um entendimento que é um serviço caro. Em torno de 1300 reais o custo do transporte do serviço Atende por pessoa. Então, 1.300 reais por pessoa e a mesma coisa se a gente considerar que a nossa frota é de apenas 388 vans. Se entendermos, pegarmos 4.500 peças e dividirmos em 388 vans, percebemos que é feito um processo para que possamos atender o maior número de peças possível.

Hoje, temos no serviço, em média, 30% de viagens perdidas. Nesses 30% a van vai à casa do usuário e ele não a utiliza. Esse número é alto, se considerarmos 57 milhões e que 30% das viagens são perdidas e que há uma demanda reprimida, percebemos que esse número precisa ser trabalhado. E é isso que temos feito.

A nossa iniciativa é para melhorar a comunicação entre o usuário e a empresa, melhorar o serviço 0800, que principalmente no mês passado funcionou de forma precária. Estamos trabalhando no sentido de reduzir significativamente o número de viagens perdidas, inclusive por iniciativa do serviço e por análise de algumas viagens que há tempos não estavam se realizando. Entramos em contato com esses usuários e os próprios usuários nos informaram que não utilizavam mais o serviço. É uma forma que temos e acreditamos que vamos conseguir durante este ano reduzir o número de viagens perdidas e diminuir

significativamente o número da demanda reprimida.

Por conta da demanda reprimida, temos procurado encontrar novas possibilidades para o serviço. Temos o serviço eventual no qual a pessoa utiliza uma ou duas vezes por mês e isso significa para a São Paulo Transporte um custo mensal de aproximadamente 470 mil.

Hoje, a Cidade conta com cento e poucos táxis acessíveis e fizemos um projeto piloto para tentar atender a demanda de serviço eventual com o táxi acessível. Fizemos uma análise de custo, um projeto piloto no qual em dois dias na semana esse serviço atuou nesse atendimento e fizemos também uma consulta aos usuários para saber da aceitação do serviço.

Chegamos a seguinte conclusão: o serviço de táxi para o serviço eventual é bem mais barato. A nossa projeção é em torno de 160 mil reais por mês de custo. Isso já nos geraria uma economia de 300 mil reais por mês. O fato da van não atender o serviço eventual e sim o táxi, liberar-nos-ia 35 vans, que fazem esse atendimento hoje, e que atuariam para a redução dessa demanda reprimida existente.

Na quinta-feira teremos uma nova reunião com o setor de táxis para chegarmos a um entendimento quanto ao custo e tarifa que esse serviço vai gerar. Se isso se confirmar - e pelo nosso projeto piloto e recepção dos usuários -, mostra uma nova modalidade de transporte muito importante e que nos dá condição de atendermos mais pessoas com um orçamento que, a meu ver, já é considerado satisfatório.

Sei que aqui existe uma demanda em relação ao nosso regulamento. Assim que assumi a Superintendência, uma das primeiras coisas que passei para a equipe era para que preparasse uma nova proposta de regulamento, que fosse mais atualizado. Nós estamos fazendo isso. Ainda não apresentamos para a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, para o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, para o Ministério Público por conta dessa situação do novo serviço que está para surgir, que são os táxis acessíveis.

Estamos terminando a conclusão dessa nova modalidade para depois apresentarmos essa proposta. Ontem, inclusive, estive com o Otacílio, Chefe de Gabinete da

Secretaria junto com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência para construir essa nova proposta de regulamento para o serviço. Depois vamos discutir com todas as instituições, entidades e representações para que possamos ter um melhor serviço na Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito obrigado, Altair, pela contribuição.

Tem a palavra o Sr. Tuca Munhoz, Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Porém, antes de passar a palavra, quero fazer um agradecimento especial a cada um de vocês. Percebemos o esforço que vocês estão fazendo para entrar aqui. O Salão Nobre, no 8º andar, o único local que conseguimos para realizar essa audiência pública no dia de hoje. E estamos percebendo que o local não atende as necessidades, não oferece acessibilidade às pessoas, e isso é complicado. Mas até por isso é que temos de valorizar ainda mais esta audiência pública, pelo esforço de cada um de vocês. Parabéns a todos. Esperamos realizar uma audiência da qual saia aquilo que é mais importante, para que possamos atender as necessidades de cada um, sem privilegiar A ou B em detrimento de outros. Queremos resolver o problema e garantir um serviço de qualidade, o transporte, bem como atender a todos, sem exceção. Pretendemos sair daqui com esse encaminhamento. E vamos cobrar dos responsáveis um serviço de qualidade, aquilo que vocês precisam. Não dá para tratar como se fosse um transporte comum, um transporte para as pessoas que não têm nenhum problema. É uma necessidade, e ela deve ser tratada com um carinho especial.

Passo a palavra ao Sr. Tuca Munhoz, para a sua exposição.

O SR. TUCA MUNHOZ – Obrigado, Vereador. O senhor está de parabéns pela iniciativa. A possibilidade de reunir tantas pessoas com deficiência para discutir esse tema é de extrema importância.

Quero primeiramente saudar todos os componentes da Mesa na pessoa do Vereador Senival Moura, e, especialmente, as pessoas com deficiência e as lideranças dos movimentos de pessoas com deficiências – Carlos, Michele, Valdir, Marli, Gilberto –, e

reconhecer a sua importância para o fortalecimento desse movimento.

Estamos num momento bastante importante, bastante propício para essa discussão, dado que o que ocorreu recentemente nas ruas de São Paulo – essas manifestações que todos acompanhamos – teve inicialmente como tema central a questão do transporte e da mobilidade urbana. O tema do direito ao transporte, à mobilidade urbana e à acessibilidade das pessoas com deficiência tem de estar fortemente ligado à questão da mobilidade e do direito ao transporte de todas as pessoas. Não podemos desassociar o direito à mobilidade e o direito ao transporte das pessoas com deficiência do direito à mobilidade e ao transporte de toda a população de São Paulo. É um direito de cidadania, de todos, pessoas com ou sem deficiência. Nesse sentido, quero alertar as lideranças para a importância do movimento de pessoas com deficiência integrar o conselho de transporte a ser criado agora pelo Prefeito Fernando Haddad. A Secretaria da Pessoa com Deficiência tem essa clareza, no sentido de o movimento fazer parte desse conselho, com uma representação das pessoas com deficiência nesse conselho de transporte, assim como há hoje representação das pessoas com deficiência no conselho da cidade. O conselho, que é composto por 100 pessoas, conta com pessoas com deficiência. A decisão do nosso Prefeito – adiar essa grande licitação que pretende renovar e ampliar a frota do transporte público em São Paulo – é bastante oportuna, no sentido de que vai ouvir mais a sociedade civil. Além disso, é um momento absolutamente oportuno e rico para que o movimento das pessoas com deficiência participe disso. Este encontro, essa quantidade de pessoas, a iniciativa do Vereador e a presença da Defensoria Pública, tudo isso, fortalece esse momento de extrema importância.

A manifestação ocorrida nas ruas levantou esse grande nó que existe na cidade de São Paulo, a mobilidade urbana, não apenas das pessoas com deficiências, mas de todas as pessoas. E é um momento absolutamente importante para o movimento se inserir nessa discussão para que a questão do direito ao transporte das pessoas com deficiência não seja mais um anexo ou um apenso ao direito de transporte de todas as pessoas, sendo sempre, em

todos os momentos, discutido globalmente, considerando o contexto do transporte e da mobilidade de toda a população de São Paulo, e não mais um anexo, não mais um transporte adaptado, mas, sim, todo o transporte acessível – Atende, ônibus, metrô, o transporte a pé ou em cadeira de rodas. O importante é haver um diálogo entre todos esses modais de transporte para que a acessibilidade e o direito ao transporte seja parte intrínseca do pensamento sobre o transporte e a mobilidade na Cidade, não mais uma adaptação. Sempre que se pensar em conceito de mobilidade e transporte, que a questão das pessoas com deficiência seja absoluta e integralmente contemplada. Esse é um momento absolutamente propício. A nossa Secretaria se coloca de maneira absolutamente favorável a que este conselho das pessoas com deficiência seja pelo movimento, e passe a integrar o conselho de transporte da Cidade. Isso, tenho absoluta certeza, será um passo grandioso para a afirmação dos direitos das pessoas com deficiência, no sentido da mobilidade, da acessibilidade e do direito ao transporte. Esse é um momento muito importante, e vamos aproveitá-lo. Tenho certeza que daremos um grande passo, daqui em diante, no sentido de garantir a mobilidade e a acessibilidade a todas as pessoas com deficiência.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Agradeço ao Sr. Tuca, que aqui representou a Secretaria de Pessoas com Mobilidade Reduzida.

Passo a palavra à Sra. Sandra Reis, Presidente do Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência.

A SRA. SANDRA REIS – Bom dia, Vereador Senival e demais integrantes da Mesa, bem como todos meus amigos, que se esforçaram, fizeram o sacrifício de levantar cedo, para estarem aqui com as suas crianças, e a todas as lideranças, pelo apoio ao movimento.

Como presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, peço a todas as mães que estão com faixas que se levantem, por favor. (Pausa)

Por favor, Vereador Senival, o senhor pode ler essas faixas para gente?

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sim, posso.

“Direito natural de as pessoas auxiliarem aquelas que têm deficiência”; “APSW, que inclusão é essa que não inclui os seus familiares? Crianças menores têm direito de acompanhar seus irmãos com deficiência?”; “Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência: garantir um direito é um dever; o parágrafo segundo não é negociável”; “Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – Constituição Federal: art. 1º: ‘a República tem como estado democrático do direito os fundamentos, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana. E nos garante o exercício de direitos sociais e individuais à liberdade, à segurança, ao bem-estar, ao desenvolvimento, à igualdade - emenda da Constituição desde 2009’”. (Palmas)

A SRA. SANDRA REIS – Muito obrigada, Vereador Senival. Com essas faixas, e com a atual problemática que vários de nós, usuários do Serviço Atende, estamos enfrentando, mesmo aqueles que não são cadastrados para a programação normal de meio de semana, mas aqueles que também participam dos nossos eventos de final de semana, criamos uma comissão no GT de Transporte, que se reuniu, e, vendo o desejo de todas as instituições, organizações e pessoas com deficiência, nós geramos um documentos, que passarei a ler.

O documento se dirige ao Secretário Jilmar Tatto. E volto a frisar: Sr. Altair, é um prazer tê-lo aqui, mas gostaríamos muito que o Secretário de Transportes estivesse presente à audiência, bem como os demais Vereadores e autoridades. Temos que ficar forçando para alguma autoridade olhar as causas da pessoa com deficiência, não apenas a Secretária, porque o Conselho tem tido muitas dificuldades. Esbarramos em dificuldades no que se refere a uma melhor interlocução entre todas as Secretarias. Estamos tentando caminhar nesse ponto, e eu espero que o diálogo entre todos melhores, para que possamos resolver os problemas, não apenas das pessoas com deficiência, mas de todo o povo que tem saído às ruas, há mais de 15 dias, para reivindicar melhorias.

“Senhor secretário,

Nós, pessoas com e sem deficiência e mobilidade reduzida, munícipes da cidade

de São Paulo; Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência de São Paulo – CMPD, representado por sua Presidente Sandra dos Santos Reis; Núcleo 1 desta Capital do Conselho Estadual dos Assuntos das Pessoas com Deficiência – CEAPCD, representado por sua Presidente Clarisse Kammer Perl; Instituto Nacional de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – INIS, /representado por seu Presidente Carlos Perl; Rede Entre Amigos, rede social interorganizações que envolve 48 organizações públicas e privadas que trabalha em prol dos direitos das pessoas com deficiência, representada pela SORRI-BRASIL, responsável pela Coordenação Executiva através de sua Superintendência Geral Carmen Leite Ribeiro Bueno; Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência – FCD, representada por seu Presidente Carlos Alberto M. Silva; Instituto das Pessoas com Deficiência da Anhanguera – IPDA, representado por sua Presidente Maria de Fátima S. Lima, Associação Lar Shkiná, representada por Lídia Costa, Promotora Legal Maria Lindacy Alves, respeitosa e encaminhamos a Vossa Excelência este elenco de sugestões, tendo em vista a política de atenção às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida do Município de São Paulo (São Paulo), adotada pelo Sistema ATENDE desde de 1996.

Assim, considerando que,

- **As pessoas com deficiência** têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em decorrência de diversas barreiras físicas e atitudinais, impedem sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

- **A discriminação por motivo de deficiência** significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais no âmbito político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro que abranja todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;

- **O desenho universal** significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior media possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, não excluindo, porém, as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessária;

- **Todos os programas e políticas públicas ou privadas**, a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida para ampliar o alcance da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, assinada em Nova York, em 30 de março de 2007, e transformada em Emenda Constitucional, através do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e em outras decisões relativas às pessoas com deficiência, em especial o Decreto nº 5.296/2004 que orienta e regulamenta a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências, de maneira a torná-las, através dos processos de inclusão, indivíduos ativos junto à sociedade, como cidadãos plenos em direitos e deveres;

- Os Estados Partes da Convenção da ONU deverão **proibir qualquer discriminação baseada na deficiência ou na mobilidade reduzida das pessoas** e garantindo-lhes igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo a fim de promover a igualdade destas pessoas adotando todas as medidas apropriadas para garantir que a mobilidade e a locomoção adequada lhes seja oferecida;

- **o Serviço ATENDE** é uma modalidade especial gratuita, do tipo porta a porta, para atendimento às pessoas com deficiência motora, mental e múltipla, temporária ou permanente, em alto grau de dependência na cidade de São Paulo, criado pelo Decreto Municipal nº 36.071, de 9 de maio de 1996, e alterado em seus art. 5º, Parágrafo Segundo, pelo Decreto nº 45.038, de 21 de 2004, define atribuições de cadastramento de pessoas com deficiência para serem atendidas pelo Serviço, com a colaboração do Conselho Municipal da Pessoas com Deficiência e de instituições e organizações reconhecimento dedicadas à promoção de qualidade de vida das pessoas com mobilidade reduzida, e que, nos termos da

Emenda Constitucional nº 6.949/2009, Decreto nº 5.296/2004. Lei nº 10.048/2000 e Lei nº 10.098/2000, sugerimos medidas específicas necessárias para acelerar e alcançar a efetiva inclusão e igualdade de condições de mobilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida na cidade de São Paulo, atendidas pelo Serviço ATENDE, as quais estão consideradas a seguir:

1) Em relação à participação das famílias de pessoas com deficiência nos eventos sociais nos finais de semana, sugerimos, como exemplo, que mães que tenham um filho com deficiência e outro menor sem deficiência, possam ser atendidas, desde que devidamente comunicado ao Serviço ATENDE, com antecedência de prazo para acolhimento da solicitação e programação do atendimento;

2) Que os três regulamentos referentes às programações de carros do Serviço ATENDE – programação normal semanal, programação de eventos de finais de semana e programações eventuais – sejam unificados em um único regulamento;

3) Que em toda a criação, alteração ou reformulação de qualquer regulamento ou diretriz referente aos sistemas de atendimento do Serviço ATENDE, conforme o Decreto nº 36.071/1996 e Decreto nº 45.038/2004 determinam, sejam efetuadas com a participação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo – CMPD, Núcleo 1 da Capital do Conselho Estadual dos Assuntos das Pessoas com Deficiência – CEAPCD, e instituições e organizações reconhecidas e dedicadas aos assuntos relacionadas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

4) Possibilitar, através do Sistema ATENDE, que as pessoas com deficiência, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo – CMPD, o Núcleo 1 da Capital do Conselho Estadual dos Assuntos das Pessoas com Deficiência – CEAPCD e as instituições e organizações reconhecidas e dedicadas aos assuntos relacionados às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida tenham assegurado o acesso, em igualdade de condições e oportunidade às informações e comunicações, bem como a prontas respostas das solicitações

enviadas e a documentos solicitados pela administração do sistema Atende, assim como a todos os serviços e instalações que facilitem a mobilidade pessoal das pessoas com deficiência e seus acompanhantes ou cuidadores, caso necessário, na forma e no momento com base no texto da emenda constitucional 6.949/09.

Diante do aqui exposto, reiteramos a V.Exa. e ao seu corpo de colaboradores funcionais e a sua Administração nosso integral apoio e melhores propósitos para estreitar as relações entre nós, pessoas com deficiência e demais entidades aqui elencadas que subscrevem este documento”

A Ceme participou da construção deste documento.

Creio que o conselho, com a construção desse documento, iria pontuar as reivindicações, sugestões e reivindicações, mas como o Vereador Senival deixou que as pessoas, que as representações que participaram do documento possam se pronunciar, creio que cada um vai expor o questionamento da sua entidade. Vou deixar que cada um fale sobre o que está havendo.

De pronto, quero dizer que este conselho, na minha pessoa e na dos que virão após agosto, estaremos sempre em parceria com vocês para reivindicar qualquer tipo de atendimento. Como sempre fomos parceiros do serviço Atende, constamos do documento de instituição do Atende, queremos continuar tendo diálogo, tendo perfeito entrosamento para resolver todas as pendências, todos os problemas que tiverem. Mas como representante da sociedade civil, temos de ouvir o povo que está ia fora, a voz da pessoa com deficiência. Se somos seus representantes, temos de estar do lado deles trabalhando conjuntamente, tentando intermediar o melhor possível para que se resolva a questão, sem apelarmos para o Ministério Público ou a quem quer que seja.

Temos a presença da presença da Dra. Renata Tibiriça, da Defensoria Pública, porque queremos que todos os órgãos do Direito tenham conhecimento das nossas reivindicações e que vamos cobrar para sermos atendidos.

Aliás, comunico a todos que dia 13, às 10h, estaremos saindo em passeata em conjunto com outras capitais, da Praça da Sé. Reivindicaremos os nossos direitos de Habitação, de Educação, seja o que for. Peço às pessoas com deficiência, vamos para a rua porque se todo nosso povo está na rua, vamos ouvir a nossa voz também.

Muito obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - Antes de passar a palavra a Dra. Renata Tibiriçá, quero anunciar a presença – e convidar a fazer parte da Mesa – da Dra. Mariana Pinotti, Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. (Palmas)

Também registro a presença do nobre Vereador Toninho Vespoli, e o convido a participar da nossa Mesa, por gentileza.

Registro a presença dos assessores dos vereadores Vavá e Claudinho de Souza.

Como havíamos combinado, passo a palavra a Dra. Renata Flores Tibiriça, Defensoria Pública do Estado de São Paulo. V.Sa. tem cerca de dez minutos para falar, caso necessite de mais tempo, será concedido.

Em seguida falara a Secretária, que acaba de chegar.

A SRA. RENATA FLORES TIBIRIÇA – Bom dia a todos, a todas. Agradeço o convite da Associação Brasileira de Síndrome de William, e também ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência para participar desta audiência pública e assim conversar com vocês sobre o que a Defensoria Pública esta fazendo, quais as demandas que recebemos lá e como estamos nessa luta há tanto tempo junto com várias associações, com várias pessoas para tentar aprimorar o serviço do Atende, o serviço de transporte prestado para a população com deficiência.

Não é por acaso que estamos tendo todas essas manifestações nas ruas de São Paulo porque a questão da mobilidade urbana é muito importante. E quando falamos da pessoa com deficiência é mais ainda porque as barreiras são muito maiores para conseguir

garantir e realmente chegar aos locais que as pessoas necessitam. A gente precisa se mobilizar, eu fico feliz em saber que vai haver mobilização das pessoas com deficiência em vários locais, ao mesmo tempo, porque vocês precisam mostrar a cara. Vocês precisam dizer: estamos aqui, viemos reivindicar nossos direitos, precisamos ser ouvidos.

Então, na questão da reivindicação, estamos discutindo e muito bem com a SPTrans, durante um bom tempo, justamente a ampliação do serviço do Atende para abranger outros grupos de pessoas com deficiência que não estão incluídas no serviço existente. Primeiro foram conversas com a participação de vários segmentos da sociedade civil. Chegamos a pensar num *layout* para garantir o atendimento, só que não aconteceu, mas a Defensoria e o Ministério Público tiveram de entrar com ação coletiva, não sei se todos têm ciência disso. Foi em maio do ano passado justamente para ampliar a regulamentação do Atende, principalmente abranger outras deficiências que não as motoras. Nós temos situação de deficiência intelectual, ou síndrome genética, ou autismo em que há dificuldade sim. Se o transporte já é difícil para as pessoas que não têm deficiência, e é verdade porque eu peguei muito ônibus pendurada na porta, na zona Sul da cidade, para poder chegar à faculdade, eu sei o que é isso. Então, se é difícil para as pessoas que não têm deficiência, fico imaginando para as pessoas que têm. Porque se uma pessoa que não tem deficiência não consegue entrar num ônibus, imagine quem tem. Ela simplesmente fica em casa!

Pensamos então numa solução para tentar garantir que não fosse um serviço que abrangesse todas as pessoas de forma indiscriminada, mas que abrangesse as que precisam, considerando o modelo social adotado pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que não considera a deficiência do ponto de vista médico, mas do ponto de vista social, da interação com as barreiras, criamos – junto com os professores do Mackenzie – um protocolo para tentar abranger essas situações. Estávamos caminhando para um acordo, tudo indicava que ia acontecer para abranger a situação dos surdos, dos cegos, das pessoas com deficiência intelectual, com autismo, e outras situações de deficiência que

não necessariamente motora. Mas quando houve a mudança na Gestão infelizmente parou. Isso deixou tanto a Defensoria quanto o Ministério Público triste porque estávamos com esperança muito grande de que seria solucionado, estávamos no final das tratativas. Houve uma assinatura do Secretário de Transporte à época deixando por escrito, dizendo que o Atende tinha condições e verba para atender. Então, é muito estranho ouvir assim: não, nós não temos dinheiro. Inclusive, discutimos em audiência recentemente com SPTrans porque como a situação não se definiu, a Defensoria e o Ministério Público optaram por dar continuidade a ação civil pública já em andamento. Solicitamos então concessão de liminar, o que é bem pior do ponto de vista de realização de políticas públicas, essa não é a melhor solução porque se desestrutura o serviço. Não queremos prejudicar ninguém que use o serviço por conta da cadeira de rodas e já está incluído nesse serviço. Sabemos que quando obtemos decisão judicial acaba havendo prejuízo para quem já está incluído no serviço. Muitas mães haviam reclamado da situação, mães que têm filhos em cadeira de rodas estavam havendo limitação para atender pessoas com deficiência intelectual, com outras deficiências e não deveria acontecer assim. Não tivemos alternativa a não ser pedir a continuidade da ação.

Tivemos audiência e tínhamos a esperança de que nessa audiência de conciliação houvesse uma sinalização por parte de SPTrans de que poderíamos fazer acordo, acordo em que se definiria que o serviço fosse implantado paulatinamente. Eles disseram que não havia lei para abranger, que não havia dinheiro, que não como fazer nada. Disseram absolutamente: não. E a juíza está com o processo na mão para julgar, para decidir a liminar. Tenho olhado todos os dias, mas ainda não saiu a liminar. Temos muita esperança porque estava tudo pronto para a liminar e se ela sair vai ser problemático para a administração municipal e para a SPTrans no sentido de fazer a reorganização do serviço porque vai ter de ser feito com a faca no pescoço: faz ou vai ser aplicada multa, que é grande e sabemos que a SPTrans tem uma dívida gigante com o Ministério Público por conta de não cumprimento. Então, essa não é a melhor solução.

Diante disso, as nossas reivindicações, a reivindicação da Defensoria, principalmente, não posso falar pelo Ministério Público, é no sentido de ampliarmos o serviço e garanti-lo. Temos na Defensoria muitas reclamações a respeito das viagens eventuais, que não estão sendo atendidas, que as pessoas têm dificuldade de marcar médico e quando consegue marcar a informação vem em cima da hora, não dá tempo de atender os 20 dias, não consegue dar informação para a SPTrans e a pessoa não utiliza essa viagem eventual ou fica sem ir ao médico, o que é péssimo porque o serviço é justamente para garantir o direito à saúde e isso acaba não acontecendo.

Diante disso, a melhor solução diante do debate é assim: não tem lei? Que façamos a lei, qual é a dificuldade? O exemplo que temos é que no país não faltam leis, se o problema é a lei, façamos a lei, mas ouvindo a sociedade civil, as associações incluindo as suas reivindicações na legislação.

Em relação aos serviços eventuais, sinceramente, essa situação de táxi não vai dar certo porque não vai atender o que as pessoas precisam. (Palmas) No meu ponto de vista, vai chegar uma hora que o dinheiro vai acabar, vão dizer: desculpa, não vou atender. Atendi x pessoas, mas não vou atender vocês porque a verba era tal para dar conta... Acho que o serviço prestado individualmente é muito mais caro. Isso deve ser repensado, e deve ser ouvido o que a população está pedindo. Nas ruas temos mostras de que a população tem de ser ouvida, não precisamos de mais. Então, o poder público tem de ouvir a população, que tem uma pauta de reivindicação, é a mesma demanda ela traz para a Defensoria pública, e tem que ser ouvida, tem que ser atendida da melhor forma possível. Se não der para atender de imediato, vamos pensar num cronograma de atendimento. Se não tem dinheiro, então, que no Orçamento seja incluída verba para fazer o atendimento. O que não dá é prejudicar o serviço existente, excluir pessoas que precisam ser incluídas e não permitir a participação da população como deve ser.

Fico com essas palavras, espero que tenhamos um diálogo e que possamos

conversar e alterar a realidade já muito sofrida, especialmente para a população com deficiência, que possamos então garantir a inclusão como deve ser.

Obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito obrigado pela sua contribuição, Dra. Renata Flores Tibiriça.

Antes de passar a palavra a Dra. Mariana Pinotti, registro a presença de Jorge do Carmo, chefe de gabinete Subprefeitura de Guaianases; e José Augusto dos Santos, chefe de gabinete Vereador Senival Moura, que vos fala.

Lembram-me de que temos dez inscritos, as inscrições vão encerrar, podem se inscrever aqui ao lado.

Tem a palavra então a Secretária Mariana Pinotti, por dez minutos. Caso deseje poderá falar mais. (Pausa) Peço silêncio, é importante que prestem atenção.

A SRA. MARIANA PINOTTI – Bom dia a todos, a todas. Peço desculpas pelo atraso, mas não poderia deixar de participar desta importante audiência para discutir novamente todas as questões relacionadas ao Atende, que interferem na vida de muitas pessoas com deficiência na nossa cidade. Quero cumprimentar o Vereador Senival Moura pela iniciativa, pelo trabalho que desenvolve nesta Casa. Parabéns, Vereador.

Um auditório cheio, num sábado de manhã, é um privilégio a todos e é uma demonstração de que as pessoas com deficiência estão unidas para lutar pelos seus direitos. Isso é fundamental. Se não nos unirmos não vamos a lugar algum. Tenho conversado com as entidades sobre isso, que precisamos de união para fazer força. Não adianta cada um ir atrás do seu problema que, muitas vezes, é muito diferente do problema do outro; as deficiências são muitas, por isso precisamos nos unir nessa questão. Já somos minoria, então se nos dividirmos perdemos muita força.

Cumprimento o Sr. Altair, que está representando o Secretário de Transportes, Sr.

Jilmar Tatto. Desde meu primeiro dia como Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, tenho conversado com o Sr. Secretário sobre a reorganização do Atende para que mais pessoas possam ser contempladas e as que já são atendidas possam ter um melhor atendimento.

Acho que São Paulo obteve um ganho enorme com esse serviço. Embora não seja da nossa gestão, não podemos deixar de elogiar, pois se cada Secretário que ingressar destruir o que foi criado pela gestão anterior para construir algo novo nunca avançaremos. Por isso é importante reconhecermos. Existem problemas, mas o Atende é um serviço referencial em vários lugares do Brasil e até está sendo copiado em outros países para que as pessoas com deficiência possam ter esse benefício do transporte porta-a-porta, que é fundamental.

Antes de tudo, é preciso garantir o que já existe para não regredir. A grande preocupação é mantermos essa conquista e melhorarmos esse serviço tão importante às pessoas com deficiência que vivem em São Paulo.

Sempre fui bem recebida na Secretaria de Transportes, cujo Secretário sempre esteve aberto para essa discussão. Com a colaboração do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, da sociedade civil, principalmente das pessoas com deficiência que estão aqui para nos dizer o que é necessário ajustarmos para avançar, conseguiremos melhorar o serviço Atende na gestão do Prefeito Haddad e oferecer mais conforto às pessoas que dependem do Atende.

Na pessoa do nobre Vereador Senival Moura, cumprimento os demais Srs. Vereadores; Secretários de Subprefeitura, enfim, todas as autoridades presentes. Cumprimento a Sra. Sandra Reis, do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, grande parceira da Secretaria, com quem tenho aprendido muito, juntamente com os membros do Conselho.

É fundamental que o controle social funcione. Todos os passos importantes que a Secretaria vai dar são discutidos com o Conselho, e a Sra. Sandra tem sido minha conselheira

diária. É um ganho para Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, e para todos. Obrigada, Sra. Sandra; e parabéns pelo seu trabalho. Esse documento que ela trouxe é de fundamental importância, pois volta o olhar das pessoas com deficiência aos problemas do Atende, já discutidos no Conselho.

Cumprimento o Secretário Adjunto da Pessoa com Deficiência, Sr. Tuca Munhoz, que tem nos acompanhado todos os dias nessa luta da qual ele faz parte há muito tempo. Também tem sido um aprendizado trabalhar ao lado do Sr. Tuca, uma pessoa que todos conhecem e sabem do compromisso dele com as questões relacionadas a pessoas com deficiência, inclusive ele tem trabalhado fortemente na Secretaria a pauta de transporte, mobilidade urbana, de problemas com as calçadas, de acessibilidade. Hoje ele é o Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade, que é mais antiga do que a nossa Secretaria e que faz um trabalho importante de acessibilidade na nossa cidade.

Parabéns pelo seu trabalho e por sua história de vida.

Cumprimento a Sra. Jô, que tem nos ajudado muito na Secretaria.

Todas as questões que interferem na vida das pessoas com deficiência são missão da nossa Secretaria. Temos de trabalhar todas as áreas no que tange à saúde das pessoas com deficiência; à educação inclusiva, que avançou muito na nossa cidade, mas que ainda possui muitos problemas.

Estamos trabalhando junto com a Secretaria de Educação todas as possibilidades de acesso aos espaços culturais da Cidade, para que haja participação das pessoas com deficiência na vida cultural da Cidade. E o transporte é necessário para que tudo isso aconteça. A criança não pode frequentar a escola se não conseguir chegar lá; os serviços de saúde não podem ser acessados se as pessoas com deficiência não conseguem sair de casa.

Essa questão é fundamental para todas as pessoas que vivem na cidade de São Paulo, com ou sem deficiência; tanto que hoje há uma demanda popular muito forte sobre as questões de mobilidade no Brasil inteiro, e isso avançará nos próximos anos.

Na primeira audiência do Conselho que participei como Secretária, discutiu-se a questão de transporte, especificamente sobre o Atende, e desde aquele momento estamos nos reunindo constantemente com a Secretaria de Transportes tentando avançar nessa questão.

Existem muitas limitações, mas temos de superá-las. Para isso, a nossa Secretaria e a equipe da Secretaria de Transportes têm trabalhado juntamente na busca de soluções.

Então, as vans continuarão funcionando, mas precisamos de outra modalidade para atender porta-a-porta. Não adianta uma van, que tem capacidade de levar até seis pessoas, buscar apenas uma pessoa porque encontra dificuldade de chegar à casa dela. Tudo é uma questão de logística. Para muitas pessoas, a van será o transporte ideal; para outras, o táxi é uma alternativa até mais confortável do que a van.

Estamos discutindo soluções como essa para poder apresentar um novo plano do Atende, que será construído com bases de aumento de orçamento, pois não há outro jeito, e estamos convencidos de investir mais em outra modalidade que será mais confortável.

Essa discussão está em pauta, ainda não há nada decidido, mas é importante relatar aqui que estamos nos esforçando. Ainda temos mais três anos e meio de governo, então é como uma gestação: estamos decidindo as coisas para que possa nascer um Atende com melhor qualidade, que atenda mais pessoas, pois há uma demanda reprimida de 500 a 700 pessoas que precisam ser atendidas; e precisamos aperfeiçoar esse serviço que já está sendo oferecido para 4.500 pessoas com deficiência. Esse é o foco da Secretaria.

Também está sendo criado o Conselho do Transporte. É fundamental que haja representantes das pessoas com deficiência no Conselho do Transporte, porque não se trata somente do Atende, as pessoas precisam circular também em todas as modalidades de transporte da Cidade.

Existe o compromisso de todos os ônibus se tornarem acessíveis até o final de 2014; parte do Metrô ainda não é acessível, e as interligações com CPTM. Temos forçado a barra com o Governo Estadual, por meio da Secretária Linamara, para avançarmos na questão

da acessibilidade na CPTM, pois muitas pessoas precisam pegar o trem para chegar em casa e não conseguem hoje pois não há acessibilidade.

A participação de todos no Conselho de Transporte é fundamental para que possamos cobrar o poder público, pois vocês são a nossa força. Toda vez que reunimos tantas pessoas organizadamente, com uma pauta, temos muito mais chance de avançar.

Agradeço novamente ao nobre Vereador Senival pela oportunidade, e a todos que vieram hoje com o intuito de melhorarmos esse atendimento na cidade de São Paulo. Peço que façam esse mesmo esforço também no Conselho de Transporte da cidade. Será um importante avanço para as pessoas com deficiência a presença de todos lá.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito obrigado à Sra. Marianne Pinotti, Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

O primeiro inscrito é o Sr. Valdir Timóteo, do Movimento Inclusão Já. Mas antes de passar a palavra ao Sr. Valdir, passo a palavra ao nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Saúdo todos os componentes da Mesa, na pessoa da Sra. Secretária; todas as entidades presentes e os demais que vieram individualmente. Peço desculpas pelo atraso, pois estava participando da votação do Conselho Estadual do LGBT.

Proponho conversarmos com o nobre Vereador José Américo sobre a questão da acessibilidade da Casa, pois vi muitos cadeirantes lá fora que não estão conseguindo participar do evento pelo fato de não termos uma sala maior e mais acessível aqui.

Um dos temas importantes dessa reivindicação aqui é a questão da família. Por exemplo, uma mãe que tem dois filhos, um com deficiência e o outro sem, encontra dificuldade de passear com os filhos no fim de semana pela falta de acessibilidade, então acaba dando mais atenção a um do que a outro. Família é sagrada para o brasileiro, portanto temos de olhar com muita preciosidade essa reivindicação das pessoas.

Essas manifestações nas ruas estão mostrando que o povo quer decidir mais

diretamente as ações do governo. Então, para qualquer mudança, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, as entidades, têm de dar abertura para as pessoas participarem das decisões não só no sentido de consultá-las.

Tenho relação com as pessoas com deficiência desde 2005, quando houve a Campanha da Fraternidade. Eu não entendia nada, comecei a entender depois que comecei a conviver e mesmo que eu conviva, eu sei que eu sei muito menos, porque quem sabe das coisas é quem sente na pele, quem está no dia a dia e que não encontra acessibilidade na rua, na cidade, que tem dificuldade de discutir educação inclusiva e uma série de coisas.

Nesse sentido, eu acho que a participação das pessoas com deficiência na hora da decisão passa a ser muito mais importante, porque por mais que eu seja um técnico, por mais que eu estude, por mais que não sei o quê, ele não tem a vivência do dia a dia da pessoa com deficiência, da família que está ali no dia a dia. Então essas pessoas que realmente sabem o que essas pessoas realmente precisam.

Eu vou parar por aqui porque tem muitas pessoas inscritas, mas o nosso mandato está aberto a essas questões. Nós apresentamos os nossos dois primeiros projetos de lei, que são ligados a pessoas com deficiência, e estamos aqui para somar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - Muito obrigado pela contribuição do Vereador Toninho Vespoli, do PSOL. Quero registrar a presença da ex-Presidente do Conselho, a Dora Simões, que hoje representa a Sociedade Saber.

Quero passar a palavra, por um minuto também, ao Odair Bezerra. Em seguida é o Valdir.

O SR. ODAIR BEZERRA – Eu gostaria de fazer alguns comentários breves em relação à fala da Dra. Renata, da Defensoria. É importante a gente, e eu até fico feliz quando a Dra. Renata coloca que a possibilidade de uma liminar sem concedida para atendimento da pessoa com autismo e outras situações, quando ela afirma que isso pode gerar uma

desorganização no serviço Atende. Eu gostaria muito que na audiência que eu estive e ela esteve, ela tivesse dito isso para a juíza, porque foi isso o que o serviço Atende...

A SRA. RENATA – Eu disse. Desculpe mas eu disse.

O SR. ODAIR BEZERRA – Foi isso o que o serviço Atende levou para o Judiciário. O serviço Atende, se essa liminar sair e se ele for obrigatoriamente obrigado a atender as pessoas com deficiência intelectual, com autismo, o serviço Atende vai perder a sua condição e aí não é possível a gente pensar em resolver um problema causando outro problema. O serviço Atende foi criado, e está lá no seu decreto, para atender pessoas com severo comprometimento físico, voltado à pessoas em cadeiras de roda. O *lay-out* da van foi feito, discutido e conversado com todos os envolvidos para esse atendimento. Quando o Judiciário começa a dar liminar para que o serviço que é feito, preparado, pensado e trabalhado para pessoa com deficiência física e colocasse pessoas com outra deficiência, coloca em risco inclusive a integridade física dessas pessoas e o serviço.

Ninguém aqui está dizendo, o Poder Público não diz, que é contra ou que não vai fazer o atendimento a pessoa com autismo ou outras deficiências. Agora, nós temos que preparar esse atendimento e nós temos que considerar – e agora para terminar – que o serviço Atende, o serviço para a pessoa com deficiência ou comprometimento intelectual – autismo – que seja considerado outro serviço, outra van, é outra logística, é outro tipo de situação e tem fundamentalmente como...57 milhões nós gastamos no ano passado, nosso orçamento hoje é de 54 milhões para esse ano. Como eu amplio o serviço?

A SRA. _____ - Mas, isso foi considerado. Acho ruim porque abre um debate para falar a respeito da audiência que teve, coloca uma posição a respeito da SPTrans, distorce algumas coisas do que foi falado na própria audiência e daí fica difícil porque não temos a oportunidade de poder dar uma resposta do que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Mas essa oportunidade será concedida sim, depois que ouvirmos os representantes a palavra volta para...

A SRA. _____ - O que acontece é que ele acabou de falar uma coisa, foi permitido que ele falasse e agora se corta a possibilidade de eu responder.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – A senhora vai responder, assim que terminarmos. Se não, vai virar um debate. O Tuca também já pediu e eu não vou poder conceder, se não vai virar um debate, e as pessoas precisam falar e não vão ter tempo suficiente para poder se expressar.

A SRA. _____ - Só quero dizer uma coisa: eles disseram que não tem dinheiro para fazer esse serviço, ampliar esse serviço e disseram que não iam fazer nenhum acordo. Tentamos e colocamos todas as possibilidades, mas não foi possível.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Valdir Timóteo, do Movimento Inclusão Já.

O SR. VALDIR TIMÓTEO – Boa tarde a todos. Em seis de agosto de 2001 foi cometido um crime contra todas as pessoas com deficiência, na gestão da Marta Suplicy, quando o nobre Vereador Donato era superintendente do serviço Atende em que foram retiradas essas viagens chamadas de extras eventuais. Muita gente ficou sem atendimento por muito tempo, sofrendo em cima de uma cama e eu fui uma das vítimas desse serviço. Então, eu representando o Movimento Inclusão Já, quero falar ao superintendente atual que já encaminhamos à Procuradoria Geral de Justiça, em Brasília, uma representação com 337 páginas até contra o trabalho dos promotores públicos do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Pessoa com Deficiência aqui de São Paulo, Dr. Lauro Luis Gomes Ribeiro e Dr. Júlio Cesar Botelho.

No dia 27 de maio de 2009 tivemos uma audiência pública com os promotores e depois dessa representação que entramos na PGJ, em Brasília, ficou acordado com a municipalidade que essas viagens extras eventuais voltariam e que começaríamos com uma viagem, depois iríamos ampliando para duas, três e assim por diante.

Estou vendo que a SPTrans está preocupada com o Orçamento dela, está

preocupada com aquilo que ela vai gastar, não está preocupada com o cidadão, sendo que o transporte público é um direito do cidadão e é um dever do Estado. Não vamos retroceder, não vamos aceitar. Se for preciso colocar 500 pessoas na frente da Prefeitura, vamos colocar mil pessoas. Os senhores me desculpem, mas foi uma luta de dez anos e eu fiquei por três anos atrofiando em cima de uma cama.

Em 2004 em criei o Movimento Inclusão Já, com pessoas que sofriam em cima da cama. Seria um retrocesso e eu peço a SPTrans e à Prefeitura que revejam e não cometam outro crime com as pessoas com deficiência porque se preciso for ficaremos algemados na frente da Prefeitura até que resolvam o problema. Não escondam a demanda, mostrem a demanda real, criem um serviço paralelo para atender as pessoas com autismo. Não precisa ser o Atende, mas um serviço que não tenha elevador, mais barato, que se crie outro serviço para atender essas pessoas. Não tentem juntar tudo para confundir a cabeça do pessoal não.

Tenho muito respeito por V.Exa., nobre Vereador Senival. Em 2007 V.Exa era integrante da Comissão de Trânsito e Transporte e lá já discutíamos isso. Tivemos várias promessas naquela gestão Serra/Kassab que teríamos o aumento da frota de 100, 150, 80 carros e isso não aconteceu na gestão deles então fomos muito enganados. Para resolver o problema aumentem a frota e reconheçam que a SPTrans e a municipalidade têm o dever de nos dar esse transporte.

Quem quiser cópia do documento e das 337 páginas que encaminhamos à PGJ em Brasília está aqui à disposição. Se for preciso vou andando de cadeira de rodas para lá para representar de novo seja lá quem for: promotor público, defensor público, municipalidade.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Marta Aoki, terapeuta ocupacional da UBS Jardim Boa Vista.

A SRA. MARTA AOKI – Bom dia a todos. Represento um grupo de pessoas com deficiências que moram no Jardim Boa Vista e realizamos um trabalho de assistência e reabilitação baseada na comunidade a partir de uma UBS. Durante a semana nós nos

reunimos para compor essa carta, que é breve e gostaria de ler para todos vocês.

“Nós do grupo de pessoas com deficiência do Jardim Boa Vista e COHAB Raposo Tavares temos utilizado sistematicamente o serviço Atende, principalmente, às quartas-feiras, no período da tarde, para a realização de atendimentos terapêuticos na UBS. O atendimento foi avaliado positivamente pelos usuários, principalmente, no que se refere à pontualidade, compromisso, cuidado e dedicação apresentado pelos motoristas e demais funcionários. É esse transporte Atende que garante que pessoas com deficiência frequentem essa UBS nas quartas-feiras e participem dos grupos terapêuticos e possam acessar dentistas, médicos e farmácia, então, é o serviço Atende é que garante esse acesso. É o reconhecimento positivo do transporte. Semestralmente também tem sido realizado passeios com o grupo de pessoas com deficiências e seus familiares, projeto que só pode ser viabilizado com a concessão de Vans Atende, que tem prontamente atendido nosso grupo desde 2003. Então, fazemos passeios semestralmente reunindo mais de 60 pessoas com deficientes e seus familiares e isso é uma marca importante do nosso trabalho porque garante o direito à cultura e ao lazer de pessoas que vivem em situação de isolamento domiciliar. E não é só a pessoa com deficiência que vive a situação de isolamento, o familiar também. Reconhecemos a qualidade da prestação do serviço Atende sendo o transporte um requisito fundamental para que essas pessoas possam acessar os serviços como saúde, reabilitação, educação, cultura, entre outros. Assim, gostaríamos de apontar algumas sugestões de melhorias dos serviços prestados. Então, as pessoas se reuniram e colocamos aqui algumas questões que gostaríamos de colocar: 1º - Aumento do número de veículos adaptados para atender a demanda reprimida e diminuição do tempo de espera para utilizar o serviço atende; aumento do número de ônibus e vans adaptados nas linhas comuns, nas linhas regulares, com circulação de mais de um veículo por linha. Então, a gente sabe que nem todos precisam de Atende, as pessoas podem usar ônibus, mas ter um ônibus adaptado por linha inviabiliza o acesso de qualquer pessoa. Da mesma forma solicitamos melhores condições para a

circulação das pessoas com mobilidade reduzida em metrô e trens para essa integração; redução do número de pessoas transportadas por viagem nas vans Atende, o que diminuiria o tempo de permanência dos usuários nos veículos, o que causa bastante cansaço nas pessoas; aumento do número de viagens eventuais para os usuários para mais de uma vez por mês, uma vez por mês é muito pouco, pois as pessoas com deficiências têm fragilidades do ponto de vista da saúde e é importante que possam contar com esse transporte por mais de uma vez ao mês. Dificuldade de agendar virtualmente a van de 20 a 30 dias antes do dia do evento, seja uma consulta, seja um atendimento, porque, muitas vezes, não é possível respeitar esse prazo que poderia ser diminuído; autorização para uso de pessoas com deficiência intelectual e seus familiares nos passeios realizados pelos grupos, pois embora não sejam pessoas com limitações físicas, também têm dificuldades para utilizar o transporte coletivo regular, o que já foi discutido aqui. Por último a autorização para o embarque de crianças com acompanhantes adultos, caso seja necessário, quer dizer, nos passeios, o passeio é para a família e o trabalho com a família é um dos objetivos principais da reabilitação. Então, é fundamental que possamos pensar na questão dos acompanhantes dos passeios e dos atendimentos na semana.”

Então, eu gostaria de agradecer a oportunidade e aqui assinaram as oito pessoas do grupo que utilizam o transporte Atende.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Silvana Souza do Nascimento, da Associação Brasileira da Síndrome de Willians.

A SRA. SILVANA SOUZA DO NASCIMENTO – Agradeço a todos e venho falar da importância do Atende para todos que estão aqui. Nós lutamos pela educação, saúde, transporte, habitação e também queremos lutar pelo direito ao passeio e à cultura porque as pessoas com deficiência já têm a dificuldade do direito de ir e vir porque não tem condição de ter um transporte adequado para estar se transportando. Vocês não sabem a importância que é esse transporte para as pessoas com deficiência. É onde eles têm a oportunidade de fazer o

social, de sair e se divertir, conhecer outros locais. A mãe que tem um filho com deficiência não pode levar seu filho menor que não tem deficiência e aquela pessoa que tem deficiência não pode levar o filho ou o neto porque é menor. E onde se pode deixar essas crianças? Se deixa em casa, é abandono de incapaz.

Temos de lutar sim pelo direito da inclusão, mas que seja completo: na educação, passeios, saúde. E que possam levar também seus irmãos menores. É isso que estou reivindicando.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Carlos Perl, do Instituto Nacional de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência.

O SR. CARLOS PERL – Bom dia. Além de eu representar o INIS, sou do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência. Quero cumprimentar a Mesa e mais uma vez tecer um elogio ao desempenho que está ocorrendo pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. O Tuca Munhoz é nosso amigo e é uma pessoa do movimento, mas a Dra. Mariane e seu Otacílio, que estão sempre presentes, são pessoas que estão mostrando que antes desse movimento que está acontecendo nas ruas, eles estão juntos e vendo as reivindicações. Uma característica dessa nova Secretaria é que o Secretário Adjunto vem no começo e ficam até o fim. Não vem só para “babar o ovo”, esse cumprimento para lá e para cá.

Leis existem para serem respeitadas, tanto pelo povo, quanto pelos governantes. Temos de lembrar que o Atende deve atender os quatro vértices principais que são: saúde, educação, trabalho e lazer. A pessoa trabalha toda a semana, chega no fim de semana ela quer o lazer, o lazer é um direito. O Atende não é um benefício, mas é uma obrigação. Minha fala seguiria em outro rumo, infelizmente, Sr. Altair, é diretamente com o senhor. Estou tentando há tempos ser seu parceiro, seu amigo e colega, eu estou desde que foi criado o Atende e a sua fala foi claramente no sentido de dizer que o Atende foi o serviço criado para atender o deficiente físico cadeirante. Por favor, leia o decreto, que no seu artigo primeiro fala que fica instituído, integrado, o sistema de transporte coletivo de passageiros, modalidade

comum, serviço destinado a atender exclusivamente pessoas portadoras de deficiência motora – esse é o deficiente físico – a lei está assim e estou lendo a lei – mental, que é o autista e múltipla em que a pessoa pode ser surda ou deficiente físico, que está dentro de múltipla.

Essa maravilhosa Casa do Povo, com a iniciativa dos nossos Vereadores, realiza uma audiência pública e estão de parabéns, mas, mesmo a Casa do Povo, precisa de acessibilidade. A Casa do Povo está dentro dessa premissa, dessa lei – Decreto 5.296. Nobre Vereador, já que V.Exa. teve essa nobre iniciativa maravilhosa, gostaríamos que V.Exa. levantasse essa bandeira junto ao nosso movimento de tornar essas salas, não só o salão Nobre, mas todos os locais acessíveis, não só para o deficiente físico, como também, para o deficiente sensorial, que são os surdos e os cegos. Temos pessoas cegas e muita coisa eles não podem acompanhar porque não existem os recursos para isso.

Eu tenho mais coisas para falar, mas acho que há outras pessoas que podem falar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito obrigado, Carlos, pela sua explanação. É uma reivindicação justa que eu já havia dito inclusive no início da minha fala, mas vou reiterar, e nós iremos pedir essas reivindicações ao Presidente da Casa, acessibilidade em toda repartição. Esta audiência na verdade era para acontecer no plenário, mas por conta de outro compromisso agendado anteriormente ao nosso, tivemos de fazer a audiência aqui no oitavo andar, o que obviamente dificulta um pouco mais a acessibilidade.

Com a palavra o Sr. Galdino Oliveira Teixeira, do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e Presidente do Instituto Colibri. O senhor tem 1m30s, Sr. Galdino.

O SR. GALDINO OLIVEIRA TEIXEIRA – Bom dia a todos. Quero parabenizar pela audiência. Essa audiência eu vejo (ininteligível), não é só do Atende. Por isso, nobres Vereadores Senival e Toninho, quero que os senhores acompanhem a nova licitação e estruturação do sistema, treinamento dos condutores, carros que saem da garagem com os elevadores quebrados e que não retornam à garagem para fazer manutenção, continuam na

linha. A São Paulo Transportes, o senhor está aí representando o nosso Secretário: fiscalização. Fim de semana, nós, os deficientes, somos maltratados porque não tem fiscalização. O elevador está quebrado, tchauzinho para nós, e nós ficamos lá na chuva mais uma hora esperando condução para ir fazer fisioterapia ou ir se divertir num centro de recreação. Gostaria que esse novo sistema... Nós, do Projeto Colibri, junto ao Conselho também, fazendo parte do Conselho de Transporte... E também o planejamento, tudo que manda para o planejamento eles não aceitam, não dá para fazer. A nossa luta já começou há anos. Estão aqui o Sr. Gilberto Flaqueta e o Sr. Carlos da AFCD. Nós conhecemos essa luta (ininteligível). Nós, o Gilberto e o Carlos, fomos contemplados na época de ser os criadores do Atende, de fazer parte da construção do Atende. Atende está de parabéns. Tem alguma coisa para melhorar, sim. A defensoria pública vai acompanhar. Só que um sistema de transporte integrado que precisa ter gente qualificada, porque recebe o treinamento na garagem, mas na rua faz o que quer. Então nós precisamos desse bom atendimento. Então eu agradeço a todos e deixo ciente, Sr. Senival: Cidade Tiradentes está com 380 mil habitantes. E aqui vou deixar na mão da Dra. Renata. Em 2007, (ininteligível) pela faculdade Unicsul, 28.163 pessoas deficientes – Cidade Tiradentes. Está chegando o monotrilha e nós, até o fim do ano, vamos ganhar um centro de reabilitação em Cidade Tiradentes, pelo Governo Federal. Quero depois conversar mais com o senhor, uma audiência com o senhor, e deixar isso para a doutora para fazer um acompanhamento. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito obrigado, Sr. Galdino. A próxima é Maria de Fátima Silva Lima, da entidade CMPD e IPDA, por três minutos.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SILVA LIMA – Meu nome é Fátima, a maioria do pessoal me conhece, sou do Instituto das Pessoas com Deficiência da Anhanguera e também faço parte do movimento com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Pedi minha fala até por uma demanda que eu tenho, mas eram 19 deficientes, agora aumentou essa demanda, que estão sem acessibilidade principalmente no transporte. Sra. Mariana, quero ver

o que a Secretaria pode ajudar. Essa moça aqui é a Ariane. Ela mora na região do Maria Trindade e ela usa o Atende. Ela gasta 350 reais por mês para fazer fisioterapia, porque ela paga um pedágio. Era só ela de usuária, agora entrou mais outro usuário do serviço Atende, O TEG faz esse reembolso, a Secretaria de Educação. Por que o Transporte não? Nós já cobramos isso nesta Casa.

Quero também deixar bem claro para os colegas vereadores que agradeço aos que estão na mesa, não desfazendo do trabalho de ninguém. Mas nós estivemos aqui numa reunião de transporte, eu estava presente, levemente mas estava, veio o estadual, municipal e a Casa estava aqui em peso. E nós, pessoas com deficiência, parece que para esta Casa não temos muita importância. São 55 vereadores. Cadê esses vereadores? Nós também votamos. Nossas famílias também votam, então é um direito nosso. Eles poderiam estar aqui para ouvir nossas reivindicações. Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Obrigado, Fátima. É justa sua reivindicação, mas quero registrar que audiência pública é transmitida a todos os vereadores, o convite é feito, mas temos que levar em consideração que nem todos podem estar presentes. Isso é natural, mas fica registrado aqui.

A próxima é Clarice Kemer Perl, presidente do Núcleo 1 CEAPCD.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sim, é lá de (ininteligível) Perus. Sim, mas o que é que tem? Ela vai participar. Algum problema?

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sim, sim. Isso, Sr. Galdino, inclusive já foi tema de debate na Câmara Municipal. Eu já usei a tribuna diversas vezes para cobrar isso, porque é uma questão institucional. Do meu ponto de vista, falta vontade política de resolver esse problema. É isso. Não tem outro nome a não ser falta de vontade política, porque é institucional. O pedágio é cobrado pelo Estado e a municipalidade tem o Atende que paga, tem

o Transporte Escolar Gratuito que paga. Do meu ponto de vista poderia, com um simples ato institucional poderia resolver esse problema, mas não há essa vontade. Fica registrado isso.

Clarice, por três minutos.

A SRA. CLARICE – Boa tarde. Muita gente com fome já. Estou falando aqui pelo Conselho, Núcleo 1, que é um braço do Conselho Estadual para Assuntos das Pessoas com Deficiência de São Paulo. Só quero frisar a questão inclusão das pessoas com deficiência, que a inclusão vai desde a educação, do trabalho, da saúde até o lazer. Nós gostamos, fazemos parte de outros grupos, fazemos projetos sociais, eventos sociais nos finais de semana, participando, indo a parques, indo a igrejas. As mães - quero frisar de novo porque muitas me telefonaram nesta semana -, a gente tem vários casos em outro projeto social que nós fazemos, que não são muitas mãos. São duas, três, quatro, dependendo da proporção de pessoas que vêm, que às vezes têm outro filho com deficiência e que têm que deixar em casa, ou não vai sair para levar diversão para ninguém. Então que sejam flexibilizadas essas questões, caso a caso. Ninguém abusa de levar três, quatro, cinco filhos grandes, adolescentes, não. São realmente crianças de dois, três anos, às vezes de oito. É grande, mas não tem como deixar em casa. Para quê? Para ficar na marginalidade, ir para a rua correr risco, ser atropelado, entrar para as drogas, ou sei lá o que pode acontecer? Ou ficar pedindo favor para o vizinho que às vezes não tem boa índole. Para levar o lazer só para o deficiente? Não. Tem que levar lazer para a família toda, seja para o irmãozinho que não tem deficiência, seja para o irmãozinho que tem deficiência. Eles vivem juntos, moram juntos, eles são companheiros e na hora de ir para uma atividade, para uma festa, para um churrasco, para um almoço, para uma confraternização, não. Ou então o Atende passa, a mão deu um jeito de deixar o filho, e vê que muitas vezes está vazio, não estão todos os bancos completos, porque às vezes são tudo box, aí sobra um banco, e que o irmãozinho vê lá de fora que tem lugar para ele ir. Por que ele não pode ir? Então vamos analisar com carinho essas questões. Também tem outros casos de mulheres que têm deficiência, que poderiam levar o filho que ajuda, mas

ela é maior, porque é uma mãe que tem deficiência, mas aí não pode levar porque o acompanhante seria menor; então é outra questão, um pequeno detalhe que faz a diferença e às vezes nos esquecemos de colocar também no regulamento. Para concluir, as nossas cartas, que eu assinei e que a Sandra leu, que assinamos como coletivo... Seja construído um diálogo e uma construção de documentos, leis, do que precisar, de forma coletiva. Para construir a carta que a Sandra leu nós viemos várias vezes, nos encontramos aqui, no Conselho, representando as pessoas com deficiência; quarta-feira saímos de casa com a maior chuva, mas eu vim; saí da zona Sul às 8, cheguei ao Centro ao meio-dia, para construir essa carta. Vim voluntariamente, representando todo mundo. A gente participa, a gente tenta participar dessas construções, mas tem que abrir para essa participação, para que seja participativo realmente. Então estamos dispostos a fazer essa participação e que haja neste momento, na Câmara – estou fazendo um pedido -, que seja assumido esse compromisso hoje aqui, Vereador e demais pessoas, Superintendente do Atende; que seja assumida essa construção coletiva com todos nós, representantes e pessoas com deficiência. Obrigada. Bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Obrigado, Clarice. São justas as suas reivindicações. A próxima é Rejane Nascimento, do Naceme(?). Depois da Rejane é a Imaculada Cândido, CMPD. Antes de a Rejane falar, quero justificar que a Sandra Reis, presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, precisa retirar-se por causa de outro compromisso já agendado, inclusive já havia anunciado no início da audiência. Muito obrigado, Sandra, pela contribuição até o momento.

A SRA. SANDRA REIS – Muito obrigada, Senival. Pessoal, muito obrigada. Eu gostaria de chamar a Gersonita Pereira de Souza, que é nossa representante na pasta de Transporte, para assumir até que se fechem as negociações e todo o encerramento da audiência, para passar para mim depois. Muito obrigada, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Obrigado, Sandra. Rejane.

A SRA. REJANE NASCIMENTO – Obrigada. Boa tarde. Sou mãe de uma jovem autista e também estou representando aqui uma entidade que atende 180 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência, todas as deficiências. Eu teria que fazer a leitura em relação ao transporte Atende, mas no decorrer do prazo, que nós temos bem pouco tempo, vou me ater a uma reflexão. Pelo que ouvi nas falas da Mesa e também nas falas dos meus companheiros, são duas coisas. Uma reflexão sobre o que acabei de ouvir de uma mãe com deficiência, que tem um filho adolescente de 14 anos, e ela precisa de acompanhante no Atende; com isso ela fica em casa, então são aquelas dificuldades que a gente precisa ver caso a caso. Pegando o gancho da Mesa, o Conselho de Transporte eu acredito que seja uma forma para a gente dar continuidade a essa discussão. Acredito que não fecha aqui, tem muita coisa, eu mesma tenho ainda muitas inquietações do que foi discutido, a partir do que foi falado aqui e do que a gente ainda tem que construir. O que eu acredito é que nós, após os movimentos populares que tem havido, de que sou ativa militante com muito orgulho, em toda essa mobilização está sendo muito importante que nós estejamos aqui. As mães do Naceme(?) que vieram aqui, mesmo ontem a gente conversando. O que eu peço só para os senhores – e agradeço por este momento – é que os nossos interesses, o interesse público nosso, das mães de cada pessoa que aqui está, de cada entidade, de cada órgão que esteja aqui, que o que vocês decidirem, o que a gente construir participativamente, que todos tenham oportunidade de discutir com os senhores, mas que vão além dos seus interesses partidários, institucionais. É isso que nós queremos. Nós sabemos que tem a questão do orçamento, que tem que ter planejamento disso. Esses instrumentais nem todos nós aqui entendemos, não dominamos, isso é histórico, nós sabemos disso, mas nós queremos aprender sobre isso. Essa reflexão eu queria deixar para todas as autoridades presentes, que pensem na nossa demanda para além do interesse institucional que eu vejo que continua presente. É só, pessoal. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Obrigado. Agora é a Imaculada Cândido. Em seguida, Dora Simões.

A SRA. IMACULADA CÂNDIDO – Boa tarde. Todos já falaram o que nós queremos. Mas nós queremos inclusão social, não exclusão, e é o que está parecendo.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – É só isso? (Pausa) Dora Simões. Depois da Dora é o Gilberto Facheta.

A SRA. DORA SIMÕES – Obrigada. Boa tarde. Na verdade é uma preocupação que eu tenho, e acredito que muitos aqui também têm, porque é uma luta antiga e uma reivindicação nossa, e aproveitando a fala do Valdir e da Dra. Renata eu vou fazer essa fala. Nós temos um grande problema, porque as pessoas com deficiência sensorial, sejam deficientes visuais ou surdos-cegos, não têm direito a utilizar o Atende. Só que tem que se avaliar o seguinte: nós também temos mobilidade extremamente reduzida a partir do momento que a gente não consegue utilizar o Atende para ir para reabilitação. Um deficiente visual, ou um surdo-cego, sem locomoção, ele não tem como andar na cidade, ainda mais na cidade em que nós vivemos que é extremamente inacessível. Então eu gostaria de tirar daqui um grupo de estudos, ou a gente pensar na possibilidade, porque na verdade essa desculpa que a gente escuta há tantos anos, que não tem condições financeiras, porque há necessidade de comprar mais veículos, para nós não cabe pelo sentido da falta de apoio no sentido da reabilitação. Se um dos “primórdios” do Atende é levar e garantir à pessoa com deficiência a reabilitação, os deficientes visuais e os surdos-cegos também precisam desse transporte para reabilitação, e não há necessidade de elevador, pode ser até uma van que tenha mais bancos, ou que sejam colocados mais bancos nessas vans que já são utilizadas, sem necessidade de comprar outras; mas que se pense na possibilidade de encaixar essa demanda das deficiências sensoriais. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Obrigado, Dora Simões, da Associação Brasileira da Inclusão Social – ABIS. Agora o Gilberto Facheta, do Conselho da Saúde. Depois do Gilberto é a Lídia Capovila, munícipe.

O SR. GILBERTO FACHETA – Eu queria cumprimentar toda a Mesa e dizer à Dra.

Renata, quando ela fala de uma nova lei, não há necessidade de lei nenhuma para o Atende. Esse Decreto 5631, atende perfeitamente à nossa necessidade. O que está errado é o regulamento, não o decreto.

Outra coisa que a gente percebeu aqui é que o Sr. Altair nunca leu esse decreto, ele não conhece esse decreto, porque nele em nenhum momento fala em severo comprometimento físico aqui. Aqui fala de autonomia, o objetivo dele é garantir a independência e a autonomia das pessoas com deficiência, isso que é importante. E o regulamento sim, ele é ilegal, ele é irregular porque ele não obedece a lei.

Uma outra questão que tem é que o Sr. Altair falou que eles estão preparando o regulamento e depois vai apresentar para a gente. Acho que o Sr. Altair não está nos entendendo, nós não queremos regulamento pronto, o que estamos querendo é participar da construção desse regulamento. Entende? O senhor viu na faixa do conselho que está escrito: “Nada por nós sem nós”. É por isso que tem acontecido sistematicamente esse tipo de problema que está acontecendo.

A senhora, Secretária, falou muito bem em racionalização do sistema. Nós apresentamos para o sistema Atende, a Gelsonita era presidenta, nós apresentamos um programa que era o Atendenir(?) do Atende e ele foi arquivado, e ele racionalizava o serviço do Atende. O Atende não está dando voz a nós. Eu já comentei o seguinte: antes era um coronel que dirigia o Atende, hoje parece que só mudou a indumentária, porque a falta de diálogo continua a mesma, querendo fazer coisas por nós. O que me parece, Secretária, é que o Prefeito de fato quer diálogo, ele diz que participa, mas acho que isso não chegou aos escalões menores ainda. Precisa chegar aos escalões menores também.

Nós estamos com um problema muito sério, pessoal, que é a questão dos ônibus adaptados, porque foi dito aqui que 2004 foi dado 10 anos para que o sistema seja todo adaptado, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 tem que estar tudo adaptado, mas só tem metade da frota adaptado, a outra metade não foi adaptada e tem um anos e meio para

adaptar. E essa metade adaptada, o que está acontecendo? Primeiro, que quando o ônibus vem, o elevador não funciona, quando o elevador não funciona os operadores não estão preparados para atender. Quando os operadores estão preparados para atender, acontece que o ônibus está superlotado e a gente não consegue nem entrar dentro dele. Então não se pode pensar no Atende sem pensar na adaptação completa dessa frota que tem aí.

Eu queria também dizer que nós fizemos, já em 2002, uma proposta de regulamento do Atende e na época nós colocamos lá que a gente queria um conselho gestor formado com deficiente também para a gente acompanhar, fiscalizar e sugerir e questão do Atende e isso também nunca foi sugerido para nós, quer dizer, a gente sempre foi marginalizado. Como a gente é excluído aqui, como a gente é excluído desta Casa do Povo e, aliás, o Vereador Toninho Vespoli foi muito diplomático quando ele disse para adaptar aqui. Na verdade, o nobre Vereador Presidente desta Casa está sendo insensível para adaptar isso aqui. Ele prefere garantir a estética disso aqui do que a presença de pessoa com deficiência aqui. Nós não temos nenhuma sala que a gente possa se reunir nesse espaço que é do povo e parte do povo, que somos nós, estamos sendo excluída desta Casa aqui.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Leda Capovila Muniz, depois é a Sra. Lídia Costa.

Antes eu queria dizer ao Gilberto duas coisas. Primeiro, o problema da frota da cidade de São Paulo já atende uma agência federal desde 2009, salvo engano, toda frota tem um período, que acredito, prescreve no próximo ano que tem o prazo determinado para atender a acessibilidade. A grande maioria, eu acredito que no mínimo 90%, até pelo ano de operação na cidade de São Paulo, já tem que atender essas exigências. Agora, uma coisa é atender as exigências com elevador, outra coisa é a superlotação, que é um problema da Cidade. Os três problemas mais críticos que tem na cidade, superlotação, a demora entre um intervalo e outro, e o trânsito que enfrenta. São problemas de mobilidade que tem que discutir na cidade, mas

que a frota atende, atende. Agora, manutenção, aí é problema de fiscalização. E a outra coisa que o Gilberto citou, não dá para imputar toda responsabilidade sobre o Presidente atual, que tem cinco meses que assumiu. Então não dá. É um problema que há na Casa, estou de pleno acordo que tem que haver acessibilidade para poder atender todos da melhor forma possível, acho que está correto, mas não dá para dizer que a responsabilidade é do Presidente atual, e sim de toda a Câmara Municipal. Depois o senhor pode até utilizar a palavra de novo, mas eu não disse nada além do que o senhor disse.

A SRA. LEDA CAPOVILE – O que o senhor falou, está se preocupando mais porque o Atende está gastando muito dinheiro, mas não está se preocupando que está gastando com deficiente. Certo? Agora, outra coisa que o senhor falou, que quando chega na porta, só que a gente liga, a pessoa que atende a gente desmarca o Atende, ele é incapaz de desmarcar, então o Atende vai na nossa porta. Outra coisa, a terceira, que depois eu vou falar mais, eu frequento a Lapa, com o colega do meu filho, tem Atende que vai só com um paciente, vai e volta com um paciente, coisa que quem faz a programação, por que não vê para colocar mais paciente naquele Atende? Concorda? Aí seriam muito mais pessoas a ocupar o Atende. Não tem lógica. Eu vou citar o meu caso. Eu sou da zona Leste, uns três ou quatro anos atrás nós éramos em quatro, da zona Leste, que era um caminho só, vinham quatro vans. Eu ia em uma, outro em outra e assim. Ai quando eu reclamei com os fiscais que iam lá, aí tiraram e nós vínhamos as quatro numa van e sobraram três vans para ocuparem outros pacientes. É nesse ponto que eu fico revoltada.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito obrigado, Dona Leda. Tem a palavra a Sra. Lídia Costa.

A SRA. LÍDIA COSTA – Boa tarde. Eu não ia falar, Vereador, mas não dá. Sabe, Sr. Altair, até dezembro de 2012 o Atende era 100% positivo, ele tinha uma qualidade internacional, era reconhecido internacionalmente. Agora, em 17 anos que minha ONG usa o

Atende, eu nunca enfrentei os problemas que estamos enfrentando agora. Eu gostaria que ficasse registrado que a ONG está sofrendo retaliações. Para nós não é permitido criança, para outra entidade é. Eu fui convidar uma pessoa para o casamento de sábado que vem. A pessoa falou para mim que tem dois filhos, eu disse: “Olha, você não pode levar as crianças” – porque eu não sabia como ia terminar a audiência. Ela disse: “Mas a minha ONG pode. Basta você colocar no documento”. Estou indignada com isso, estou realmente frustrada com o que está acontecendo. Eu fui chamada para uma reavaliação médica, que não questiono isso, acho que tem que fazer de tempo em tempo, não é isso, mas eu recebi a convocação 15 dias antes. Então eu gastei 120 reais para ir de táxi até o Atende, porque eu não consigo. Quem já andou de ônibus comigo sabe da minha dificuldade, porque o Atende me mandou uma convocação fora do prazo para eu usar um eventual. Então nem o Atende usa o que ele põe de decreto para nós.

Realmente espero que o Atende volte a ser o que era em dezembro de 2012, que os nossos direitos sejam mantidos, não só de fim de semana, que é quando atuo mais, mas durante a semana, que também é importantíssimo. Espero que esse regulamento saia. No passado nós tínhamos dois eventuais por mês, era pedido três dias antes, hoje é 20 dias antes e você não consegue porque as consultas são marcadas com 15 dias, até o Atende chama a gente para avaliação médica fora do prazo. Então como é que você vai exigir das outras, de uma ACD, de uma outra entidade que cumpra esse prazo, se o Atende não cumpre?

Espero realmente que hoje a gente saia daqui com um acordo, por escrito, valendo a partir de amanhã, para que a gente possa voltar a trabalhar, voltar a atender a pessoa com deficiência na íntegra e com clareza, como era até dezembro do ano passado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Carlos Alberto M. Silva, Fraternidade Cristã da Pessoa com Deficiência.

O SR. CARLOS ALBERTO M. SILVA – Boa tarde. Eu estou lembrando de alguns

fatos da nossa história, que neste instante traz de maneira muito forte. Lembro do começo da década de 80, da discussão com técnicos do Metrô, do Poder Público, quando eles diziam que lugar de pessoa com deficiência para andar era na ambulância e não no transporte público. O Metrô de São Paulo não tinha nem a cancela e nem aquele espaço maior para as cadeiras de roda poder passar. Nós superamos isso e hoje o Metrô é relativamente acessível.

Vou dar um salto porque em três minutos não dá para contar cada ponto dessa história, mas a gente chegou no momento da questão do Atende, de trazer o transporte porta a porta. Eu me lembro que no começo do Atende se falava que ele tinha que ser um serviço de excelência e o Atende praticamente era o que estão querendo hoje, um táxi, que andava uma, no máximo duas pessoas no carro do Atende. O segmento de organizou, discutiu e disse: “Não, dá para socializar, dá para que o Atende atenda – e aí o decreto que o Gilberto lembrou – as pessoas que não tenham mobilidade, não tenham condições de utilizar o transporte convencional”. É para esse público, para essas pessoas que o Atende se direciona.

Depois dessa crise houve outras crises do atende. Como, por exemplo, nós da entidade somos da época que quem nos atendia nas entidades nos finais de semana era a SAS, Secretaria de Assistência Social, eram kombis e a gente ia nos bancos, as cadeiras de roda em cima da nossa cabeça e aí a gente passou a utilizar esse serviço do Atende, para as entidades. E hoje vejo que vivemos mais uma crise, e não tenho dúvidas e não tenho por que acreditar que iremos superar essa crise, porque superamos o processo de que o usuário, de que povo, movimento popular não entende de serviço público. Usuário, movimento popular só têm de receber do poder público aquilo que o poder público definir. E sabemos que não é assim. As ruas, durante as semanas e meses que se passaram, provou que não é dessa forma.

Muito já foi falado, mas eu queria fazer uma proposta para esta Mesa, e acho que sou um das últimas pessoas a falar, que é extremamente representativa, composta pela Secretária da Pessoa com Deficiência, pelo Subsecretário Tuca Munhoz, pelo Vereador

Senival, que preside esta audiência pública e pelo Altair, Superintendente do serviço Atende.

Levantem essa faixa, pessoal: “Nada sobre nós sem nós”. E garantir o direito de ir e vir. Pessoal, qual é o segundo parágrafo? É o do decreto: que toda e qualquer mudança seja discutida primeira com o segmento. Nós não somos técnicos, não somos engenheiros, mas entendemos de deficiência. Somos pós-graduados em ser deficientes. (Palmas)

Por exemplo, na hora de definir a quantidade de cadeira de rodas no serviço do Atende, perguntem para a gente. Não dá para mudar de uma hora para outra para duas cadeiras no boxe e uma fechada. Antes eram duas e dava muito bem, sem nenhum risco de segurança para o usuário, Altair.

A questão do cancelamento ou da diminuição de carros. Em relação ao cancelamento do serviço, mesmo quando ligado com antecedência, alguns técnicos, não sei se é uma questão administrativa, têm dito para os usuários, Altair, quem se for cancelar a utilização, o serviço poderá ser cancelado de maneira definitiva. Temos de ver isso. Alguns usuários têm falado isso.

E a questão das entidades que têm usado o serviço, a parceria com pessoas não deficientes. Sabemos que o serviço é para pessoas com deficiência. E concordamos que o número de pessoas não deficientes no carro seja igual ao de pessoas com deficiência. Nos finais de semana, há pessoas não deficientes que até coordenam o carro; que fazem parte da entidade, do movimento. E está sendo exigido das entidades que não deficiente seja, simplesmente, a figura do acompanhante, e que saia da casa da pessoa com deficiência. Não era assim e não tem por que mudar isso. Podemos conversar, vamos dialogar.

Para terminar, Senival, queria realmente ouvir desta Mesa, que é extremamente representativa, da Secretária, de V.Exa, do Altair, do Subsecretário este compromisso: que tudo continue como era antes; que toda e qualquer mudança seja discutida e debatida com o segmento das pessoas com deficiência por meio dos órgãos representativos: o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e as entidades presentes.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Ok, Carlos. Sua reivindicação é justa. Sem dúvida, para fazer qualquer mudança temos de ouvir as pessoas interessadas.

O próximo a falar é Edson Natali. Depois, Maria Auxiliadora, munícipe de Guaianases.

O SR. EDSON NATALI – Bom dia. Sou o Edson Natali, da Rádio Capital AM de São Paulo, e temos um programa dedicado à pessoa com deficiência semanalmente. Todos os sábados, às 22h.

Gostaria de depois conversar com a assessoria de V.Exas. para fazermos um debate em breve, acho que seria importante, para tratar das reivindicações. O que o Governo está fazendo até é, às vezes, importante.

Queria dar uma sugestão. Primeiro, por exemplo, acho que o Atende, que é subordinado ao SPTrans, poderia fazer uma parceria com a Secretaria da Saúde, porque às vezes há muitas ambulâncias ociosas que poderiam fazer esse trabalho com o Atende para o serviço médico, ambulatorial, enfim, o atendimento de serviço médico da pessoa com deficiência.

Então, poderia até melhorar o serviço sem gastar, poderia ser feita essa parceria.

O pessoal da zona Leste está reivindicando participar de cultos ou missas, e o Atende apenas leva, mas não traz de volta. Acho que o Atende trabalha, aos domingos, das 8 às 17h. Esses deficientes têm compromisso social nesses eventos.

E queria perguntar aqui, dentro do que a Clarice tinha dito, o seguinte: Sr. Altair, pelo que entendi, a pessoa com deficiência pode levar um acompanhante. Vamos dizer que um cadeirante leve um acompanhante. Mas se for menor de idade não pode ir. Se o acompanhante for menor de idade. Se ele tiver, por exemplo, dois filhos menores, também não podem ir. Se for um filho com deficiência, vai com o pai, a mãe. Mas o filho sem deficiência não pode acompanhar os pais deficientes nos eventos? Acho que isso é algo a se pensar, porque é uma forma de discriminação, pois pode levar o filho com deficiência e não o outro filho. Ou o

pai e a mãe que têm deficiência não poder levar os filhos sem deficiência. Era algo para se repensar.

Queria também perguntar a respeito desses horários. Se passar de um determinado horário, o Atende não vai buscar. Se a pessoa tem um evento às 17h, o Atende leva. E depois? Como é que fica o transporte para o retorno.

Era só isso. Agradeço e parablenizo a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Seu pedido será discutido. Se for acordado entre os representantes, poderemos fazer esse debate, sem problema algum.

Tem a palavra a Sra. Maria Auxiliadora, munícipe de Guaianases. Em seguida, Maria Lujanira, também munícipe da Cidade Tiradentes.

A SRA. MARIA AUXILIADORA – Minha reivindicação é que o seu Altair falou que eram duas eventuais, de uma a duas eventuais. Só é uma eventual por mês. E às vezes a gente precisa de mais de uma eventual. Às vezes há duas, três consultas por mês. Dependendo da deficiência, não dá para pegar condução, e como também já estamos lutando desde quando eles eram pequenos, no meu caso, 37 anos, assim como outras também, não temos mais força que tínhamos antigamente para empurrar uma cadeira, encarar uma descida. A nossa saúde também não está boa. Então, às vezes, vamos fazer um serviço para eles porque eles não podem ir. E não podemos agendar o Atende para resolver um problema deles. Então, eles ficam sozinhos em casa. No meu caso, é assim, e no de outras mãos também. Eles ficam sozinhos duas, três, quatro horas, sendo que podiam usar o Atende, porque é para resolver problema deles. Não é meu problema, é deles, para eles.

Eu ia pedir para vocês reverem esses casos; permitir o Atende para a gente quando formos resolver problemas deles. Sem ser médico, sem ser escola, porque não é para a gente que vamos resolver, é para eles. Então, para ver essa eventual, porque estou reivindicando isso daí.

Só isso. Falam que o Atende é para saúde, para escola, mas ambulância também é

para transportar doente. Carro de polícia é para pegar bandido. Carro do Conselho é para fazer serviço do Conselho. E eu vejo fazendo serviços que não são para a pessoa. Por isso estou reivindicando isso para mim e para todas as mães que precisam sair, resolver problema do seu filho e eles ficarem sozinhos em casa.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Maria Lujanira.

A SRA. MARIA LUJANIRA – Boa tarde. Queria pedir a palavra ao senhor, que o senhor, encarecidamente, viesse a nos dar atenção do que estamos reivindicando hoje e que o senhor fizesse isso com atenção porque o senhor citou lá atrás, com relação aos gastos que foram feitos, de alguns mil reais, com relação à nosso favor. Mas queria que o senhor pensasse nisso e em nós, porque se nós estamos reivindicando é porque temos direitos e sabemos dos nossos direitos e que o senhor não venha se preocupar com o financeiro, porque isso não sai do nosso e nem do seu. O senhor tem seu salário garantido, quem paga não é o senhor, portanto, os gastos não saem daí, então não se preocupe. Se preocupe conosco que o senhor vai ganhar lá na frente.

Queria falar com o Vereador Senival, que conheço há muitos anos e pela primeira vez estou tendo a oportunidade de chegar até o senhor. Sou integrante do Conselho Municipal do Deficiente e nunca tive a fala direta. Queria lhe pedir um auxílio com relação a nós usuários, que nós usamos as peruas, porque sofremos muita humilhação. O Sr. Galdino citou alguns parágrafos ali, mas faltou um que ainda bem ele deixou eu falar, com relação aos passageiros. Nós, cadeirantes, ficamos nos pontos por conta de um tal de três minutos que é estourado. Eu queria saber se é com o senhor ou se é com qualquer pessoa que seja, na segunda-feira eu fiquei sabendo que não é com o senhor, é uma lei que eles que colocaram e que seria possível isso ser corrigido, porque não é justo eu ficar no ponto porque um fiscal lá do ponto fiscal colocou que o carro que me pegou estourou três minutos e coloca ele no final da fila para pegar o sexto carro – eu não sei, alguma coisa desse tipo – e por causa desses três minutos

nós ficamos no ponto. Entendeu? Se seria possível uma fiscalização, o senhor falou que existe uma necessidade de fiscalizar. Não existe um fiscal para fiscalizar no local, o fiscal somos nós mesmos. Só que nós não temos como chegar até vocês, porque uma lei que eles implantaram, não é uma lei de vocês. Não sei se isso seria possível de ser resolvido.

Essa era a minha fala. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Kátia Muniz, do Grajaú.

A SRA. KÁTIA MUNIZ – Boa tarde. Faço parte do projeto Mães Guarapiranga e da Escola Chama. A minha primeira reivindicação é com relação ao telefone da SPtrans. Não só eu como muitas mães têm dificuldade de contatar a SPTrans para fazer a solicitação do serviço eventual, até mesmo para desmarcar uma van por conta de uma consulta ou outra. O telefone está sempre ocupado, sempre com problemas e isso vem ocorrendo há semanas.

Outra coisa, com relação à tolerância do embarque do Atende, principalmente no retorno. Muitas crianças usam sonda, então, muitas vezes precisa de um período maior para seu embarque, ou até mesmo de uma alimentação naquele momento, um medicamento, uma troca de fralda. Então venho pedir que não seja só dez minutos, que exista uma tolerância, não para todos os casos, mas que tenham algumas exceções, que a gente precisa realmente. O motorista não espera. Já teve caso que minha filha foi para uma consulta na ACD, uma consulta eventual, demorou a consulta, o motorista foi embora e eu tive que voltar de carona, porque eu tinha confiado no serviço do Atende, então não tinha levado meu bilhete-único especial.

Outra coisa, acho que é uma questão de logística, colocar nas peruas pessoas da mesma região, porque muitas vezes a gente fica esperando o motorista levar uma pessoa num bairro longe, volta para a escola para pegar a gente para poder voltar num horário de pico. Então a criança sai da escola às 17h, e muitas vezes chega 21h em casa. Então já passou a hora da janta, já passou hora do remédio, já passou a hora de trocar a fralda, enfim. Outra coisa, sugiro que existam algumas vans com maca porque a criança, às vezes, fica há anos na

fila da espera por uma cirurgia e não consegue fazer um pós-operatório porque não tem uma maca para levar até a ambulância e chegar até o hospital. Então a criança acaba regredindo, atrofiando por conta disso.

Por último, gostaria de colocar a minha opinião com relação ao taxi. Sou contra porque acho que é caro, não existe taxis suficientes na Cidade, muitos taxistas não vão até o meu bairro porque eles se sentem inseguros. Será que ele vai querer buscar a minha filha no meu bairro? Então, fica essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Regina.

A SRA. REGINA – Boa tarde. Sou mãe da vitória e participamos da CD, minha filha faz tratamento lá e estuda no lar escola. Quero manifestar a minha insatisfação com o serviço do Atende porque aconteceu de uns meses para cá a gente simplesmente está sendo deixado de lado. Não conseguimos mais falar no 0800, é simplesmente impossível. Se você manda um *e-mail* eles demoram uma semana para responder. A principal queixa é que se tivermos duas faltas em dois meses, somos desligados do serviço Atende.

Somos deixados nas portas das escolas, muitas vezes. Em dias de chuva esperamos até uma hora e quarenta minutos e ele não pode nos esperar dez minutos. Às vezes, porque vamos levar o nosso filho ao banheiro. Particularmente, estou muito insatisfeita e acredito que muitos estão, porque se estamos aqui hoje é pela insatisfação. O serviço já foi muito bom, mas ultimamente, tem deixado muito a desejar e eu gostaria de pedir que melhorasse porque é um serviço que deveria ser de primeiro mundo, de ótima qualidade e de uns tempos para cá tem nos deixado na mão.

Peço para vocês se colocarem no nosso lugar e vejam a nossa dificuldade. Há ônibus adaptados, só que a rampa de acesso é na entrada de ônibus. Se o ônibus estiver lotado, metade dos passageiros tem de sair de dentro do ônibus para um cadeirante entrar. No horário de pico ninguém consegue fazer isso. Se eu estiver com a minha filha na rua às 18h, tenho de ficar até às 22h porque não consigo entrar num ônibus. Ninguém sai do seu lugar

para deixar que a minha filha cadeirante entrar. Ponham a mão na consciência. Tem de se colocar no lugar do próximo.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. David Martins.

O SR. DAVID MARTINS – Bom dia a todos. É uma audiência muito importante para todos. Creio que o problema do Atende tem de ser resolvido com inteligência, até em nível Estadual ou Federal. Creio que poderia se unir à Presidente Dilma e ao Governador do Estado, até uma parceria público-privada, com alguns empresários como o Sílvio Santos, ou outros como a Petrobras para poder unificar e trocar informações, estabelecer um senso de pessoas que se incluem com deficiências e outras que falecem.

O pessoal está reclamando que há uma pessoa por consulta, há um gráfico nos hospitais que possam coincidir essas informações para que essa van não seja utilizada por uma pessoa só. O rapaz comentou sobre dois Prefeitos que cometeram essa atitude com esse senhor e eles tinham de ser responsabilizados por maus-tratos para que isso não possa ocorrer novamente.

Poderia pedir para a receita para que as vans apreendidas nos pátios sejam disponibilizadas para poder incluir no serviço do Atende. Não vamos dispensar o serviço do táxi, mas creio que o tronco fundamental é o Atende. Falar com o hospital Santa Marcelina, Hospital das Clínicas, o Metrô a CPTM porque o Hospital das Clínicas é praticamente dentro da estação para poder estar ajudando.

Concluindo, o Sr. Paulo Maluf vendeu a CMDC dizendo que ia melhorar o transporte e até hoje nada. Os Vereadores podiam pedir uma CPI para saber onde foi parar o dinheiro da CMDC para implantar o Atende e reformar o sistema. E que a gente possa ter Presidentes do mundo inteiro num seminário para discutir esse problema que não é municipal, é mundial. Outros países estão se espelhando nesse projeto que foi criado em São Paulo, mas que tem de ser aperfeiçoado.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vou ler uma reivindicação do Valdir

Timóteo: “São Paulo, 29/06/13. Solicito cópias das Notas Taquigráficas da audiência pública sobre o Atende, realizada na mesma data, 29/06/13”.

As Notas serão disponibilizadas e encaminhadas ao Valdir. A assessoria, no tempo certo, enviará a você.

Gostaria que todos os que puderem fiquem para que possamos ouvir as autoridades. No caso do táxi, o que vocês têm de entender em que pese alguns imaginarem que o táxi não vai contribuir em nada, é mais investimento para o Atende, são mais opções, justamente, para contribuir nas reivindicações de vocês. Acho que é um serviço importante, há um local, como foi dito pela Dra, Mariane, que é de difícil acesso, que não dá para entrar uma van, só entra o táxi, é uma pessoa só que é transportada, ou seja, tem de otimizar. Acho que é importante, tudo aquilo que vem de investimento é fundamental, isso veio e é muito bom, mas nós vamos cobrar aquilo que estamos reivindicando também, acho que é importantíssimo. É prioridade número um vocês participarem, ouvirem os movimentos, os conselhos, as pessoas que realmente precisam do Atende.

O SR._____ - Só a questão do encaminhamento do espaço físico inacessível, eu tive a oportunidade de estar com o Presidente José Américo junto com o Vereador Toninho Vespoli e S.Exa. argumentou que seguia a lei dos 2%. S.Exa. desconhece a lei, a Convenção da ONU, as leis que regulamentam a Convenção da ONU. Então, gostaria de propor para que discutíssemos a acessibilidade desse espaço. É muito simples, é só as cadeiras serem removíveis. Não mexe na arquitetura, na beleza do espaço, para resolver a questão da acessibilidade, pois aqui é a Casa do Povo, precisamos de lugar para fazer política.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Não tenha dúvida, é justo.

O SR._____ - Parabéns a todos. O senhor, parabéns por defender a sua empresa, mas o senhor está totalmente errado. Porque a SPTrans não cria só para os cegos, autistas que não precisam de van adaptada. Não dá para vincular o serviço de táxi ao

atende. O Atende é um serviço de transporte público, o taxi não, é particular.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Mas é um táxi exclusivo, é um Atende.

O SR._____ - Dá para os cegos, surdos e autistas, mas tem de deixar o Atende da maneira que está, pois nós lutamos desde de 2001 quando houve essa exclusão. Lutamos por dez anos para retomar o nosso direito. Amanhã pode ser um filho de V.Exa. que possa precisar desse serviço. Por favor, repensem. Há o Sr. José Carlos na SPTrans que é o nosso amigo e que sabe muito bem, pois acompanhou todo esse processo, é uma pessoa que entende, é um técnico e ele sabe de toda a luta. Por favor, contribuam com a gente. Vamos buscar recursos, pois há muitos recursos saindo pelo ralo e não podemos tirar das pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Altair Bezerra.

O SR. ALTAIR BEZERRA – Vou tentar responder a todos os questionamentos e espero poder ordenar o meu raciocínio de uma forma que vocês entendam. Primeiramente, quero começar pelo Gilberto, com muita tranquilidade, não me lembro do dia que você ou qualquer liderança procurou o serviço Atende para discutir, dialogar, propor, sugerir qualquer coisa que eu não estive à disposição, pois qualquer pessoa nesta sala que pediu uma reunião foi prontamente atendida. A questão do diálogo não é uma característica minha só, é uma característica dessa gestão dialogar com os segmentos, com os movimentos sociais, com as instituições. Essa é a primeira audiência pública que acontece e estou aqui para ouvir críticas, elogios, sugestões. Já fui a duas reuniões do Conselho Municipal para conversar com todos. Então, não acredito que falte diálogo, talvez precise de mais. E vou continuar à disposição e quando você quiser será bem-vindo.

Em segundo lugar, em relação ao Decreto, existe coisas que precisamos ter muito claras, o próprio decreto precisa ser melhor trabalhado e essa é a nossa disposição. Você leu o artigo primeiro que diz que fica instituído integrando o sistema de transporte coletivo de passageiros, modalidade comum, “exclusivamente”, entendam isso, “exclusivamente” pessoas

portadoras de deficiência motora, mental e múltipla, temporária ou permanente, em alto grau de dependência.

Se formos ao artigo 5º diz o seguinte: “Serão usuários do serviço de que trata esse decreto as pessoas portadoras de deficiência física que não apresentem condições de mobilidade e acessibilidade autônoma nos meios de transporte convencionais ou que manifestem grandes restrições de acesso e uso de equipamento urbano.” No parágrafo primeiro ele amplia e no parágrafo 5º ele restringe para as pessoas com grau de severidade na mobilidade física de autonomia. Para deixar muito claro isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eu vou sugerir que vocês agendem uma reunião para vocês discutirem isso lá porque se for abrir o debate a Dra. Renata precisa se retirar e daí vai prejudicar a fala dela.

O SR. ALTAIR BEZERRA – Assumimos esse serviço em janeiro e não dá para a gente dizer que a partir de janeiro esse serviço se transformou num serviço ruim. Estou muito aberto e disposto a ter essa conversa.

Quando falo para vocês que há no serviço 30% que executa viagens que são perdidas isso é grave. Estamos pagando 30% das viagens que não são efetivadas e isso precisa ser corrigido e isso nós quando assumimos, assumimos assim.

Nós temos problema na programação? Claro que tem. Eu cheguei lá e até hoje é, a programação é manual. Então o técnico pega toda a demanda e nos sete dias da semana ele precisa criar um roteiro. É uma condição de trabalho adequada? Não é, mas já estava. O 0800. Todas as pessoas que me ligarem ou que reclamarem, ou que criticarem o 0800 tem toda razão. E o no final do mês passado foi o pico do caos. O 0800 tem problema. O que temos feito? Primeiro tentamos corrigir o problema de ordem dos equipamentos. Separamos as linhas, hoje o 0800 do Atende é para o Atende, o bilhete-único especial tem uma outra linha, no sentido de dividir essa demanda para não sobrecarregar o sistema 0800. Tem problema de

falta de funcionários que nós estamos trabalhando para repor. Tem problema inclusive da estrutura, da condição que as pessoas estão, que também estamos mudando. Isso não foi de janeiro para cá, já estava, e a gente está tentando corrigir.

A questão do pedágio mesmo é uma questão séria, que está lá e aí quero me comprometer pessoalmente. Vou procurar a empresa, se tiver que procurar a concessionária vou procurar, inclusive a gente estava num processo de licitação que no processo dizia: “Onde houver pedágio caberá à empresa arcar com o custo do pedágio”. Então existe esse problema, eu vou tentar dar uma solução a ele pessoalmente, seja com a empresa ou com quem quer que seja, e garantir essa situação na próxima licitação.

Por fim, até para não tomar muito tempo, quero deixar claro algumas coisas. Toda política do Atende, toda política que significar qualquer alteração no serviço Atende, nós jamais vamos ter a pretensão de fazê-la sozinhos. Quero dizer e testemunhar o seguinte: nós temos uma Secretária da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida que sim tem o meu respeito, tem minha admiração, eu sei o comprometimento dela. Tudo que fazemos, fazemos dialogando com a Secretaria e esse compromisso vocês vão ter, toda proposta de mudança de serviços, de regulamento, de norma, de procedimento, ela sempre vai se dar em consonância com a Secretaria, que é quem propõe políticas, quem acompanha, quem cobra, com o Conselho Municipal, com o Ministério Público, com a Defensoria. Então não estamos aqui... Quando falo para vocês assim: “Estamos preparando uma atualização do regulamento”, eu não estou falando que vou trazer algo pronto, eu estou dizendo que nós vamos trazer uma proposta e ela vai ser discutida com todos vocês.

Para fechar definitivamente, esse documento é um documento que me chama a atenção. Parabéns para todos vocês que construíram esse documento. A nossa disposição é de melhorar o serviço em atendimento, a dar uma melhor qualidade a vocês, e isso vai ser feito. Agora, da mesma forma, e isso eu quero deixar claro, e não assumo para mim essa situação: cheguei a um serviço, que é bom, tem aceitação, é de qualidade, mas que tem os

seus problemas, e nós não vamos deixar e nem vamos fugir deles. Queremos ter uma relação em que a gente possa pensar o todo. Queremos pensar o todo: nos 4.500 que são atendidos, nos 500 que não têm acesso, nos 700 que têm atendimento parcial. Queremos atender todos, e esse compromisso eu quero firmar com vocês. Sei, mais do que ninguém, que estou de passagem nesse serviço, mas eu quero sair deixando uma coisa melhor. Há problema, sim; o serviço tem um horário. Não é só na igreja, mas também o universitário, durante a semana, a gente leva até a faculdade e, por questão de horário, a gente não consegue trazer. Enfim, vamos dialogar com vocês para melhorar esse serviço. Agora, vício, privilégio, essas coisas não são comigo. Obrigado.

O SR. TONINHO VESPOLI – (?) Só não entendi a resposta do Altair. A questão do hospedagem, se não for da empresa, será de quem? A empresa, segundo estou entendendo, é a SPTrans.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Não, a operadora. Primeiro eu vou conversar com a operadora, que deve ser a Santa Brígida. Se a empresa não arcar com essa situação, eu vou conversar com a concessionária, para que ela considere o carro do ATENDE livre de pedágio.

A SRA. LUCIANA – Vereador, temos de conversar com o Estado. O ATENDE tem que ter o pedágio dispensado. (Palmas)

P – Sim, mas é isso que eu quero.

A SRA. LUCIANA – Eu me comprometo a levar essa demanda para a Secretária Linamara, para ela levar ao Governador. A gente precisa ter a dispensa do pagamento de pedágio para todas as vans do ATENDE.

P – É exatamente isso, Dra. Luciana. É uma questão que depende de vontade política de resolver. Não tem lá o SEM PARAR? Pois que o Governador arque com isso; alguém tem que bancar. Agora não dá para o usuário pagar. É inaceitável, é falta de consideração, porque isso é o mínimo que pode ser feito.

Tem a palavra a Dra. Renata Flores Tibiriçá, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

A SRA. RENATA FLORES TIBIRIÇÁ – Vou ser breve.

Ainda sinto que a abertura para o diálogo não está tão clara quanto eu gostaria. Vou até deixar o meu cartão com o Sr. Altair, para caso ele queira entrar em contato com a Defensoria Pública, porque temos diversas demandas. Havia um contato muito bom com a antiga gestão. Podíamos encaminhar um email quando tínhamos alguma questão para resolver, e resolvíamos numa boa, e sem precisar sequer de um ofício, bastando uma simples conversa. E eu gostaria muito que pudéssemos ter esse tipo de conversa, porque não há interesse nenhum – quando a Defensoria e o Ministério Público ingressaram com ação – prejudicar o serviço que já existe. Muito pelo contrário: é uma ampliação do serviço, uma demanda antiga que o Ministério Público e a Defensoria tinham para atender, em especial, dois públicos que vinham reivindicando: as pessoas com autismos e as pessoas surdas, cegas, bem como outras deficiências não abrangidas, como, por exemplo, osteogênese imperfeita, os ossos de vidro, pessoas que não têm condições de andar num transporte regular. Agora, a sensação que eu tenho, da forma como as coisas estão acontecendo, e isso me preocupa muito, é que esse serviço seja desmontado. Essa é a minha preocupação. Esse serviço não pode desmontado; é uma conquista que a população teve. Não podemos perder, não podemos ter um retrocesso – que é o que sentimos aqui em apenas seis meses de gestão. Isso não pode acontecer. É uma conquista. Temos de ampliar. E não adianta pensar assim: vamos resolver o problema adaptando todos os ônibus. Não vamos, porque o transporte coletivo, regular, por mais que se queira, não tem condições de dar o atendimento. Eu, como usuária desse serviço, em 93, quando eu iniciei a faculdade, eu ia pendurada no ônibus. Imagino como está agora. Eu saía lá do final da zona Sul e ficava, às vezes, uma hora e meia de pé, e era o normal. E o que acontece é que eu brigada dentro do ônibus, já naquela época, para as pessoas darem lugar para idosos, para pessoas com deficiência, e os lugares não eram dados,

porque as pessoas também estavam cansadas e não queriam ficar de pé. O serviço já não funcionava. É um problema crônico, e não é à toa que estão acontecendo todas essas manifestações com relação à questão da mobilidade na cidade. E insisto: não podemos destruir o que foi construído. E a intenção de todos que estão aqui não é destruir, mas construir. E o que está acontecendo, o que a gente vê é que está se tentando construir um novo modelo sem a participação popular. E quando há uma construção sem participação popular vai acontecer o que está acontecendo aqui: temos uma audiência pública em que as pessoas vão vir aqui e vão dizer 'eu não estou sendo ouvida; eu quero o meu direito de ser ouvida'. É a história de "nada sobre nós sem nós". Isso é mais do que legítimo. Então dizer: "nós vamos fazer um regulamento novo e nós vamos apresentar, para vocês olharem, ratificarem ou não". Não, as pessoas querem fazer parte desta construção. Então se tiver que fazer grupo de trabalho, ou mesmo outras audiências para se discutir de forma organizada a temática, tem que se fazer, ainda que isso dê trabalho. Infelizmente não tem como. Então eu coloco essa questão.

Mais uma vez, agradeço pelo convite, bem como à Mesa, cujos componentes eu acabei me esquecendo de cumprimentar. Estou aberta ao diálogo, seja das associações, seja por parte dos gestores. Precisamos, principalmente, ouvir a população, porque eles sabem o que sofrem, o que eles passam todos os dias. Eles é que precisam disso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Passo a palavra ao Tuca.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eu vou junto com ele.

Passo a palavra ao Sr. Tuca Munhoz.

O SR. TUCA MUNHOZ – Quero informar à Dra. Renata sobre uma questão importante: temos em São Paulo a CPA – Comissão Permanente de Acessibilidade. E toda a discussão relativa à regulamentação do ATENDE tem passado historicamente pela CPA, a qual é formada por governo e por sociedade civil. Então a regulamentação do ATENDE, desde o

seu nascimento, tem passado pela CPA, que por sua vez sempre tem participado. E a CPA é composta por representantes do governo, de várias secretarias – o próprio Altair, como representante da SPTrans, vai participar –, bem como tem a participação do Conselho Municipal das pessoas com deficiência e de várias outras instâncias da sociedade civil. Então já historicamente esse processo democrático tem acontecido. Nós certamente temos que aprimorá-lo, mas já tem acontecido.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. TUCA MUNHOZ – Sim, mas ele vai passar pela CPA, que tem a participação da sociedade civil – isso é importante ressaltar –, inclusive com a participação do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiências.

Quero apenas informar que a questão deste auditório também já estava na CPA, em relação às discussões sobre a acessibilidade deste espaço. Isso é importante deixar claro.

Não quero me alongar mais. Vou deixar as outras informações serem dadas pelo Vereador e pelo Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Passo à palavra à Dra. Marianne Pinotti, Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

A SRA. MARIANNE PINOTTI – Tenho alguns breves comentários.

O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência trouxe aqui hoje um documento muito importante, construído nas reuniões do Conselho, onde houve a possibilidade de participação de muitas pessoas, entidades, inclusive, pessoas com deficiência. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência tem a minha admiração. Tenho participado das suas discussões, e o Conselho ouve a voz das pessoas com deficiência, e também a traz.

Esse documento que vocês – pessoas com deficiência, através do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – trouxeram para esta Casa, para esta audiência, que foi encaminhado para o Secretário de Transportes da cidade de São Paulo é um documento muito importante, e traz as demandas das pessoas com deficiência. Sinto apenas que o Conselho

não tenha tido tempo para ouvir também outras demandas que foram colocadas aqui e que não estão presentes nesse documento. Então o que precisamos agora é reorganizar esse documento a partir desta audiência pública, colocando outras questões que não estão presentes dele, e tudo de forma muito organizada. Quando o Valdir fala de toda a documentação que ele trouxe, que ele levou, que ele encaminhou, que ele fez ser ouvida, isso só aconteceu porque foi de forma organizada. Então precisamos reorganizar as demandas desta audiência. Estou à disposição para ajudar no que for preciso, para que construamos um documento em que possamos levar todas as vozes que vieram falar, de forma organizada, para que o nosso Secretário e para que o nosso Prefeito possam ter acesso a isso. Essa construção da sociedade civil, as entidades, as pessoas com deficiências trazerem as demandas através do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência é a voz que tem de ser ouvida. Isso é embrionário não apenas aqui no Conselho da Pessoa com Deficiência, não apenas nesta audiência, porque é embrionário no nosso país. Temos visto que a demanda organizada vai ser ouvida, então precisamos nos organizar muito para ter força de reivindicação mesmo junto às diferentes instâncias.

Sinto falta da presença do Estado nas nossas demandas. A cidade de São Paulo está dentro do Estado de São Paulo, que tem uma possibilidade muito grande de nos ajudar com o transporte da pessoa com deficiência. O Estado tem o Ligado, tem as ambulâncias do serviço de saúde, que podem ajudar. Vou até falar meio contra a fala de que deveríamos ter maca no ATENDE. Não pode. A pessoa com deficiência que precisa ser transportada em maca precisa de uma ambulância, e isso tem que ser garantido pela saúde do Município e do Estado, que é alta complexidade é dever do Estado.

Não sei se o Estado foi convidado para vir e não veio, mas sugiro que, num próximo encontro, nós tenhamos representantes da Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Estadual de Transporte, para avançar nessa discussão, porque a nossa cidade depende do transporte estadual também. Então precisamos unir forças: o Ligado,

o TEG, a saúde com as ambulâncias, quando há necessidade, e o ATENDE, melhorando a capacidade e a qualidade todos os dias.

Precisamos criar um grupo de trabalho e continuar essa discussão, que não vamos resolver tudo aqui hoje. Então eu sugiro que criemos um grupo de trabalho, e estou à disposição para continuar esse trabalho diariamente, para que a gente possa avançar nas demandas, e tentar construir esse aumento da capacidade do ATENDE, e esse aumento da qualidade do atendimento do ATENDE juntos. Acho que a Secretaria dos Transportes vai ter uma proposta, e nós podemos discutir com base na proposta deles – não acho isso ruim; o que não pode é a imposição de mudanças sem uma prévia discussão. Precisamos partir de uma proposta. Então eu acho que a gente pode, numa próxima audiência, numa próxima reunião, criar esse grupo de trabalho, e faz uma reunião do grupo de trabalho, para discutir sobre as propostas de ampliação do serviço e de melhoria da qualidade. Até porque não dá para continuar com o 0800, como estava, não dá para continuar ligando e estar sempre ocupando, não dá para continuar com a logística de levar uma pessoa por van, não dá para continuar com certas questões que estão aí e que precisam ser mudadas. Então a minha proposta é continuar essa discussão num grupo de trabalho, ampliando o atendimento, com a qualidade que todas as pessoas merecem.

Eu e a Secretaria da Pessoa com Deficiência estaremos à disposição para continuar essa discussão e essa pressão para que isso pode acontecer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Essa sugestão contempla todos: construção de um grupo de trabalho, que teria que envolver as entidades, as lideranças, a Defensoria Público, o governo, e a Câmara Municipal, obviamente.

A sugestão da Dra. Marianne também envolveu o Estado...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Gilberto.

O SR. GILBERTO – Eu denunciei, então tenho que provar. Acontece que eu e a

Fátima somos conselheiros municipais de saúde. E ela, que tem uma filha deficiente intelectual, precisa de cadeira de rodas, e no começo era o ATENDE que mandava o carro para ela. E no começo do mês, de repente, o ATENDE falou: “Não vamos te atender mais”. E ela está há dois meses sem ir lá, por essa falta de diálogo. O comportamento certo do ATENDE seria entrar em contato com o Conselho Municipal de Saúde e com a Secretaria e ver uma possibilidade de resolver o problema. Então, na falta de diálogo, ela ficou sem o serviço durante dois meses.

Mas sobre a proposta, eu acho que tem que constituir um grupo de trabalho específico para construir o regulamento do Atende com base nesse decreto 36.071. Tem que começar de novo, porque o foco do Atende não é o que está no decreto, eles entendem outras coisas e a gente precisa partir da construção do que diz o decreto. Então, nesse grupo de trabalho participaria a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, a Secretaria Municipal de Transportes, através do Atende, ou da SPTrans, participaria a Defensoria Pública, o Conselho Municipal de Saúde, não sei se a Câmara poderia estar presente, e pessoas e entidades escolhidas por eles para formar esse grupo com esse único objetivo. Isso, eu penso, é a melhor saída para a gente dirimir todos os problemas que houve aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O grupo de trabalho realmente vai ser específico para tratar só sobre o tema, não tem outro tema, é específico. A Dra. Marianne Pinotti sugeriu aqui incluir o Estado. Eu acho que é pertinente, vamos incluir o Estado. Vamos convidá-lo para participar. É uma questão municipal, entretanto, envolve metrô, envolve Ligado, envolve outros. Eu acho que o Estado, se vier participar, nós vamos convidá-lo, só vem acrescentar. Nós vamos convidar. É um grupo de trabalho, vocês vão acompanhar e vocês vão estar cobrando. Vamos acrescentar o MP. O MP, a Defensoria Pública, Estado, Governo, Câmara Municipal, lideranças e entidades.

Quero reiterar que o MP foi convidado para a audiência de hoje. Infelizmente não vieram porque é um sábado, e também foi convidado a participar desta audiência representantes da Secretaria Municipal da Saúde, que não apareceram e nem justificaram até

o presente momento e a audiência já está chegando ao fim.

Já foi dito aqui lideranças e entidades, mas precisamos chegar aqui a um número que seja factível, porque se você reúne uma assembleia, acaba não avançando. O objetivo é o quê? Fazer um trabalho que venha realmente contemplar para poder fazer um documento e dizer para o Governo: “É isso que nós precisamos”.

Antes de encerrar, quero passar a palavra para o Vereador Toninho Vespoli.

Antes, tem a palavra o Sr. Valdir Timóteo.

O SR. VALDIR TIMÓTEO – Sou do Movimento Inclusão Já. Presidente, Vereador Senival Moura, não dá para deixar de elogiar V.Exa. por ter conduzido esse trabalho de uma maneira democrática, a mais democrática que eu já vi na minha vida. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Obrigado. Estou fazendo a minha obrigação.

O SR. VALDIR TIMÓTEO – Todas as audiências públicas que eu participei, que estiver lá, foram podadas as nossas palavras, aqui não. Nesta audiência pública pessoas estão aparteando fora do microfone, no microfone. Então não dá para deixar de elogiar V.Exa.

Tuca, te admiro muito. Sei que você está com a gente. Promotora, te amo, nem te conheço, mas te amo. Marianne, parabéns. Vereador Toninho Vespoli, um exemplo de ser humano, conheço ele da zona Leste, a Selma Leite, minha cunhada, tenho o maior orgulho do senhor e sei que está com a gente. Gersonita, parabéns pela luta. SPTrans, pelo amor de Deus, venha com a gente também. O Brasil é nosso, o transporte é nosso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Quero aqui registrar que no início da minha fala, quando nós abrimos os trabalhos, eu fui enfático em dizer que o local não atende as necessidades de acessibilidade, infelizmente, mas foi o espaço que foi disponibilizado porque os outros já haviam sido agendados anteriormente.

Também quero aqui reiterar que vou encaminhar à Presidência da Câmara Municipal para que cuide de uma proposta de acessibilidade para poder atender as exigências

do movimento numa próxima audiência pública e que o local seja de prioridade, porque hoje o único local que tem condições de atender as exigências é o plenário da Casa, outro local não atende. Então o plenário é o que fica mais próximo. Ainda não atende 100%, mas fica mais próximo. E que numa outra audiência nós possamos contar com a presença de todos vocês e lá no plenário.

Quero aqui passar a palavra ao nobre Vereador Toninho Vespoli, para S.Exa. fazer suas considerações finais e, em seguida, a palavra para a Gersonita, que pediu e precisa de um minuto para fazer suas considerações.

Antes tem a palavra, por 30 segundos, o senhor ali.

NÃO IDENTIFICADO – Vereador Senival, Mesa e todos que estão participando, nós precisamos ter claro os encaminhamentos. Um avanço foi o grupo de trabalho, outra questão, o Altair fez uma fala que, se eu entendi bem, nada muda. Então esse compromisso precisa ficar. Por exemplo, a questão das crianças, que nós fizemos um acordo no seu gabinete, esse acordo não foi cumprido na sua integralidade; número de cadeiras de rodas no Atende, foi mudado sem a discussão do segmento; forma de trabalhar com as pessoas não deficientes nos eventos dos finais de semana, também foi mudado sem ouvir. Então quero ouvir, para ficar claro, que nada muda sem antes a conclusão desse trabalho, caso contrário a gente sai da forma como a gente entrou.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Mas é justamente isso, primeiro, já houve avanço, que é o grupo de trabalho; segundo, o documento que já foi apresentado, que já versa sobre a reivindicação inicialmente apresentada, que já combinei com a Assessoria, isso aqui formalmente encaminharemos, via Comissão de Trânsito e Transporte, ao Secretário Jilmar Tatto e eu tenho a certeza de que a audiência foi importantíssima e que o documento é importantíssimo justamente para superarmos tudo isso que foi dito, que é o que mais nós queríamos. Nós queríamos o quê? A legitimidade, a legalidade, porque amanhã ou depois ninguém pode ser culpado de algo que aconteceu, alguma coisa que não era permitida na

legislação ou via de atendimento do Atende. Então, você pode ficar tranquilo porque é nisso que vamos tomar providências. Atende dessa forma? Contempla? Porque é o encaminhamento que vamos fazer. Estamos fazendo esse encaminhamento.

- Manifestações fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Prestem bem atenção que eu vou repetir. Eu não posso garantir 100%. Nós vamos encaminhar o documento que é justamente para isso, para que o serviço... Primeiro, o grupo de trabalho que está sendo construído; segundo, para que seja mantido todo trabalho que tem até hoje. Então é isso, manter os trabalhos que já existem. E o que puder fazer para melhorar será feito e não prejudicar o que já vinha acontecendo. Nós vamos trabalhar nesse sentido. Nós queremos fazer um serviço melhor.

- Manifestações fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Exatamente. A audiência está sendo realizada aqui e nem terminou. O que eu me comprometi com vocês? Pós-audiência ia ouvir todos os movimentos e eu vou sentar com o Secretário, levar para ela a preocupação, as vozes de vocês e vamos trabalhar para que seja mantido tudo aquilo que já era conquista de vocês anteriormente.

- Manifestações fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sim. Olha, aí seria uma inverdade por parte de quem disse, porque o documento está protocolizado na Secretaria e nós temos protocolo.

- Manifestações fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Mas o que eu quero dizer para vocês, Lídia, é o seguinte, está formalmente, isto está protocolizado. Então o que não tem efeito é aquilo que foi dito verbalmente, o que está formalizado...

- Manifestações fora do microfone. Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Pois é o que eu estou dizendo,

formalmente nós protocolizamos na Secretaria. Então isso tem efeito. Verbalmente, não fui que disse, então não posso falar aqui sobre isso.

Para nós encerrarmos, quero passar a palavra para a Gersonita, que também faz parte do movimento e está aqui representando a Presidenta, que precisou se ausentar. Então, por um minuto a Gersonita vai fazer uso da palavra. Em seguida, rapidamente, para o Vereador Toninho Vespoli, para encerrarmos.

A SRA. GERSONITA – Quero acrescentar algumas questões. Diante das reivindicações que foram feitas, dá para se perceber que o Atende precisa de ajuste sim. Segundo o Sr. Altair, ele fala que recebe as pessoas, não é mentira dele, ele recebe as pessoas, mas o que é discutido não é cumprido. Isso é fato, nós sabemos também.

O que eu proponho também é que o documento do Conselho seja avaliado e trabalhado em cima desse documento do Conselho.

Outra questão que o Tuca falou, da CPA. Se as discussões passam pela CPA, eu gostaria de saber se esse documento que o Sr. Altair fez passou pela CPA, porque eu sou uma representante do Conselho dentro da CPA e de janeiro para cá não se discutiu nada sobre o Atende, teve um ponto só, mas foi questão de acompanhante, nada de questão de regulamento. Então estou vendo muita divergência aqui dentro, nesta audiência pública e eu gostaria de, em nome do Conselho, falar o seguinte: que tudo que foi dito hoje, nós queremos receber também no Conselho por escrito para que possamos acompanhar todas as falas e fazer um trabalho conjunto em cima disso. Exatamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Certo. Serão disponibilizadas as Notas Taquigráficas.

Passo a palavra ao nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Amigos e amigas, pelo que entendi, têm várias reclamações e acho que as reclamações são legítimas, mas acho que aqui está se tentando agora abrir um canal de diálogo muito forte, encabeçado pelo Vereador Senival, com as várias

Secretarias. Então acho que estamos num processo que a gente tem que apostar nesse processo organizadamente. Vocês estão de parabéns porque estão fazendo esse processo e estamos juntos na batalha.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Obrigado ao Vereador Toninho Vespoli.

Quero aqui, rapidamente, ter respondida uma questão que foi feita pela Maria Lujanira, sobre o comportamento de motoristas e cobradores. Ela não está, mas vou responder assim mesmo. Ela pergunta se há alguma lei justamente sobre o comportamento de motoristas e cobradores: “Eu já estou atrasado em três minutos e não posso te levar”. Não existe essa lei, na há lei nesse sentido. Assim, há a obrigatoriedade dele atender todas as pessoas, especialmente as portadoras de mobilidade reduzida. Então há essa reivindicação, essa recomendação para que sejam atendidas as pessoas da melhor forma possível.

O que há é um comportamento inadequado de motoristas e cobradores que acaba prejudicando não só os senhores e senhoras, mas todos os usuários. Isso é um problema. Inclusive tem uma lei de minha autoria que foi aprovada na Câmara Municipal e vetada pelo Prefeito Gilberto Kassab, que justamente versa sobre o comportamento de motoristas e cobradores. A minha lei era justamente para dar capacitação e requalificação profissional para motoristas, cobradores e fiscais de todo sistema de transporte da Cidade, porque o maior índice de reclamação é justamente esse. Então há uma lei de minha autoria que foi vetada pelo Prefeito Gilberto Kassab, mas que nós vamos dialogar para tentar derrubar o veto e aprovar uma lei que dê essa condição, porque o motorista e o cobrador precisam sim de um tratamento profissional, de uma requalificação, de um comportamento eficiente e é isso que disse aqui a Maria Lujanira.

Para encerrar, quero mais uma vez agradecer, primeiramente, a Deus, agradecer a presença de cada um de vocês e dizer que o mandato meu está à disposição – não só o meu, como, tenho certeza, de todos os Vereadores da Câmara Municipal. Esse grupo de trabalho

que está nascendo no dia de hoje, tenho certeza de que é um grupo que se vocês realmente dessa forma entenderem, nós vamos ter resultado positivo, porque eu pessoalmente vou, da melhor forma possível, democraticamente, levar esse conhecimento ao Secretário de Transporte Jilmar Tatto, aqui a Dra. Marianne Pinotti já se posicionou como favorável. Eu tenho a certeza de que há pessoas que estão comprometidas em resolver esse problema. Então, pessoal, vamos agradecer a Deus.

Dra. Renata, muito obrigada.

Boa tarde a todos.

Nada mais havendo a ser tratado, estão encerrados os nossos trabalhos.
